

Programa Dínamo

Dinamização dos Sectores Têxtil,
Vestuário e Calçado

Índice

Notas de abertura

O Ministro da Economia	4
O Encarregado de Missão	6

Programa Dínamo – Dinamização dos Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado

Introdução	12
Diagnóstico	16
Objectivos e eixos estratégicos	24
Programa de Acção	28
Eixo 1. Imagem e internacionalização	30
Eixo 2. Qualificação dos recursos humanos e empreendedorismo	33
Eixo 3. Inovação e desenvolvimento	36
Financiamento	42

Anexos

Enquadramento legal	46
Síntese do estudo de avaliação dos apoios aos sectores Têxtil, Vestuário e Calçado no período 1988-2003	
Introdução e metodologia	49
Avaliação dos apoios por Sector, Programa e tipo de Beneficiário	51
Síntese de estatísticas	58

O Ministro da Economia

Carlos Tavares

É bem conhecida a importância das indústrias do têxtil, vestuário e calçado na economia portuguesa e o seu contributo fundamental em matérias como o emprego e as contas externas. É também sabido que estas indústrias apresentam uma forte concentração na Região Norte do nosso País, o que torna o respectivo tecido social particularmente vulnerável a tudo o que as afecta.

O quadro competitivo em que actuam as empresas do têxtil, vestuário e calçado está em rápida mutação, colocando-as perante desafios de grande monta. De destacar, neste domínio, o próximo fim das restrições quantitativas ao comércio internacional de têxteis e vestuário e a adesão da China, o maior produtor mundial deste tipo de produtos, à Organização Mundial de Comércio que pressagiam um forte acréscimo na intensidade concorrencial. Estes factos ganham uma importância acrescida no quadro do impasse em que caiu a ronda negocial de Doha, que não permitiu ainda assegurar a reciprocidade no acesso aos mercados que é indispensável a um comércio internacional equilibrado. Há também que reconhecer que a conjuntura económica internacional pouco favorável que se tem vivido – apesar dos sinais de recuperação que já se fazem sentir – dificulta, mas torna mais premente, o esforço de adaptação que as empresas têm entre mãos.

O governo português não poderia, naturalmente, desinteressar-se do futuro de tão relevantes indústrias. Por isso lançou, em Abril passado, o Projecto Dínamo com o objectivo de conceber e promover acções que possam contribuir para uma efectiva melhoria do desempenho competitivo das empresas portuguesas do têxtil, vestuário e calçado, capazes de reposicionarem os referidos sectores na respectiva cadeia de valor. Aprecia-me hoje poder apresentar publicamente o resultado do trabalho desenvolvido, o Programa Dínamo, um conjunto articulado de acções nas áreas da

imagem e internacionalização, da qualificação dos recursos humanos e da inovação e investigação e desenvolvimento, eixos em que é fundamental intervir para garantir o futuro da indústria.

O governo tem igualmente procurado colocar o futuro do têxtil, vestuário e calçado na primeira linha das preocupações da política industrial europeia. Por isso, congratulo-me com a aprovação, em Outubro passado, de uma Comunicação da Comissão Europeia para as indústrias do têxtil e vestuário que, se necessário fosse, confirma a justeza e a oportunidade da iniciativa que tomamos meses antes. Naturalmente, sendo o Programa Dínamo uma iniciativa de alguma forma pioneira, e correspondendo mesmo a uma antecipação em relação a esta recente iniciativa comunitária no domínio do têxtil e vestuário, permanecemos abertos a todos os esforços de concertação e aprofundamento que a esse nível possam ser desenvolvidos. No entanto, cumpre salientar a clara sintonia entre as recomendações da Comissão Europeia e as propostas do Dínamo: esta sintonia constitui mais um elemento de validação do trabalho que a Equipa de Missão desenvolveu com a preciosa colaboração das entidades públicas e dos parceiros sociais mais directamente relacionados com estas indústrias.

Entre estes parceiros, as associações empresariais do têxtil, vestuário e calçado desempenharam, como não poderia deixar de acontecer, um papel particularmente activo, tendo participado de forma empenhada num esforço permanente de diálogo com o Encarregado de Missão. O Programa apresentado é, em muito, fruto do seu contributo.

O Governo assumirá as suas responsabilidades na criação de condições para que o Dínamo seja um êxito. No entanto, também a nova fase em que agora entramos – a da execução do Programa – não poderá ser bem sucedida sem o empenhamento activo das associações e do tecido empresarial que representam. Espero, por isso, que este Programa possa ser entendido como um verdadeiro pacto entre o Governo e as indústrias do têxtil, vestuário e calçado.

Não quero deixar de salientar, por fim, a dedicação e a qualidade com que a equipa de projecto levou a cabo a sua missão, com especial destaque para o seu responsável, o Dr. Manuel Carlos, que demonstrou, inequivocamente, o acerto da escolha.

O Encarregado de Missão

Manuel Carlos

No passado dia 29 de Abril, o Senhor Ministro da Economia nomeou-me como responsável pelo Projecto Dínamo, com o encargo de apresentar um conjunto de iniciativas que contribuíssem eficazmente para o reposicionamento estratégico dos sectores têxtil, vestuário e calçado. É esse o propósito do presente documento.

Naturalmente, o desempenho desta missão não se compadecia com um exercício de voluntarismo individual, carecendo de ser alicerçado em conhecimento especializado sobre a realidade em causa. Assim sendo, para me apoiar nesta tarefa, reuni uma Equipa de Missão constituída por especialistas de reconhecido mérito: o Sr. Prof. Dr. Alberto de Castro é um reputado economista que, à sua actividade académica, alia um grande conhecimento da problemática destas indústrias; por sua vez, o Sr. Eng. António Braz Costa, Director Geral do CITEVE, é um profundo conhecedor dos sectores do têxtil e vestuário, com uma natural especialização nas questões tecnológicas; o Sr. Comendador Joaquim Cardoso trouxe-nos a visão empresarial, e o *know-how* dos mercados internacionais, de quem liderou uma das maiores empresas de vestuário nacionais; o Sr. Eng. José Carlos Caldeira, Director do INESC Porto, é um especialista em inovação tecnológica, com grande experiência de intervenção na indústria; pude ainda contar com o conhecimento profundo da realidade empresarial nacional e dos sistemas de incentivo à actividade económica, em que o Dínamo teria necessariamente que se alicerçar, da Sr^a. Eng^a. Maria José Brito, coordenadora do Gabinete de Parcerias e Formação Profissional do Programa PRIME. A todos estou grato pelo contributo que deram para a formação deste Programa.

Pretendendo o Dínamo ser um programa de acção, tornava-se indispensável que a sua preparação não ficasse, no entanto, remetida a um grupo de especialistas,

ainda que tão qualificados como os que integraram a Equipa de Missão, contando com a colaboração das entidades que, em última análise, irão promover a sua concretização. Por isso, envolvemos nesta tarefa, desde o primeiro momento, as associações empresariais representativas das indústrias: a ANIL – Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios, a ANIT-LAR – Associação Nacional das Indústrias de Têxtil-Lar, a ANIVÉC/APIV – Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção, a APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos e a ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal participaram activamente na preparação deste programa, mantendo reuniões regulares com a Equipa de Missão e promovendo Grupos de Trabalho para aprofundar temas específicos. Da mesma forma, não seria razoável preparar um programa desta natureza sem ouvir atentamente os parceiros sociais e organismos públicos, nomeadamente os ligados ao Ministério da Economia, com actividade relevante para as indústrias. Mantivemos um frutuoso contacto com as principais estruturas sindicais do têxtil, vestuário e calçado bem como com a DG Empresa, o ICEP, o IAPMEI, o INETI, o PRIME, a Agência de Inovação, a API, o CPD, o CEDINTEC, o CENESTAP, o CITEVE, o CTC, a ANJE e a Associação Selectiva Moda. Tanto os contributos das associações empresariais como os destes organismos foram preciosos. É o intenso diálogo mantido com todos, e a atitude construtiva que encontramos, que nos leva a afirmar, que o Dínamo constitui, como refere o Senhor Ministro da Economia, um verdadeiro pacto entre o governo e a indústria.

O Dínamo pretende ser, como dissemos, um programa de acção, isto é, um conjunto, que pretendemos articulado e coerente, de iniciativas a executar que, apesar da sua natureza e complexidade diversa, são de grande importância para o futuro das indústrias do têxtil, vestuário e calçado. É, poderia dizer-se, um mapa do caminho a percorrer. Não é, nem se pretendeu que fosse, um novo programa de incentivo. As iniciativas aqui propostas terão, quando deles careçam, que recorrer aos sistemas de incentivo existentes e onde, aliás, têm perfeito cabimento. A concretização do Dínamo carece do empenhamento tanto do Governo como da indústria. Ao Governo cabe essencialmente um papel de facilitador, criando condições para que as iniciativas aqui propostas possam ser executadas e bem sucedidas embora, algumas das acções possam ser levadas a cabo directamente por organismos públicos. Em última análise, será, no entanto, do dinamismo das indústrias, através das suas

empresas e entidades representativas, que dependerá o sucesso deste projecto. Neste sentido, gostaria de formular o desejo de que o espírito de diálogo e cooperação que foi possível observar entre as associações empresariais ao longo destes meses se possa manter para o futuro.

As acções do Dínamo organizam-se em torno de três eixos fundamentais. O primeiro é dedicado à imagem e internacionalização. Este eixo visa contribuir para que as empresas portuguesas se possam apropriar de uma maior parcela do valor gerado na cadeia de valor em que se inserem, estendendo o seu domínio a montante e a jusante da actividade industrial. O segundo eixo centra-se na qualificação dos recursos humanos e empreendedorismo. São conhecidas as deficiências nacionais nestes domínios. Não sendo um problema exclusivo do têxtil, vestuário e calçado, o aumento da capacidade destas indústrias para gerar valor dificilmente poderá ser bem sucedido sem progressos significativos neste campo. Finalmente, o terceiro eixo dirige-se ao investimento em inovação e desenvolvimento, factor determinante para, no imediato, permitir ganhos de eficiência e, a prazo, viabilizar a transição para segmentos de negócio de maior valor acrescentado.

O futuro próximo reserva desafios difíceis às indústrias portuguesas do têxtil, vestuário e calçado. No entanto, se soubermos reunir as vontades necessárias para concretizar o Programa de Acção aqui proposto, estamos certos de que esses desafios serão ultrapassados.

Programa Dínamo

Dinamização dos Sectores Têxtil,
Vestuário e Calçado

Introdução

As indústrias do têxtil, vestuário e calçado (ITVC) são um dos alicerces da economia portuguesa. Apesar das várias crises que tiveram que ultrapassar ao longo das últimas décadas – que levaram alguns a anunciar, por diversas vezes, o seu fim iminente – e do desenvolvimento que, felizmente, outras indústrias portuguesas registaram, as ITVC continuam, nesta primeira década do século XXI, a representar directamente 3% da produção nacional, 6% do emprego e mais de um quarto das exportações.

O capital de confiança que resulta do sucesso passado não permite, no entanto, ignorar os desafios de grande magnitude com que estas indústrias estão confrontadas. O principal destes desafios resulta da conjugação do fim das restrições quantitativas ao comércio internacional de têxteis e vestuário, e sua integração no regime geral da OMC, a concretizar em 2005, com a recente adesão da China a esta organização. Estes desenvolvimentos marcam o passo final na liberalização dos mercados do têxtil e vestuário e virão confrontar a indústria portuguesa destes sectores – como as suas congéneres de outros países – com uma intensidade concorrencial com que o calçado tem tido já que lidar.

A intensidade concorrencial não se resume ao domínio do comércio internacional, estendendo-se ao do investimento produtivo. A este nível, o desenvolvimento do processo de integração europeia ao longo da última década, que tem um ponto alto com a adesão de 10 novos países já em Maio de 2004, veio reduzir não só a capacidade de Portugal para atrair novo investimento – nomeadamente, investimento estrangeiro – como para manter o investimento captado no passado. A integração na União Europeia, ou a mera perspectiva de que esta venha a acontecer, é um fortíssimo argumento dos países de Leste na captação de investimento, que se vem juntar às suas vantagens em termos de custos laborais e formação dos recursos humanos. E convém ter em conta que este alargamento não é o fim do processo: outros países, com custos laborais ainda mais reduzidos, aspiram a tornar-se membros da União Europeia muito em breve.

Uma deficiente preparação das ITVC portuguesas para lidar com estas transformações teria um **pesado custo para a economia nacional, nomeadamente em termos de contas externas e emprego**. Custo tanto mais significativo, quanto estas indústrias apresentam uma forte concentração regional. **Em particular na Região**

Norte do país, uma eventual crise nas ITVC implicará dificuldades sociais de grande monta. A política industrial portuguesa é, e deve continuar a ser, de natureza horizontal. No entanto, como recomenda a Comissão Europeia¹, no seio de uma tal política não é possível deixar de ter em conta as especificidades sectoriais, nomeadamente quando, como é o caso, estão em causa indústrias com um enorme peso na economia nacional e com uma forte concentração regional. Procurando consagrar este princípio, o governo português apoiou a iniciativa da presidência italiana que levou o Conselho de Ministros informal que reuniu, em Roma, no passado mês de Julho, os ministros responsáveis pela competitividade dos actuais estados-membros da UE, dos estados que irão aderir no próximo ano, dos restantes países candidatos à adesão e ainda dos países da EFTA a reconhecer a necessidade de a política industrial ter em atenção as indústrias tradicionais que podem beneficiar da inovação tecnológica e organizacional, como é o caso das ITVC.

¹COM(2002) 714: Política Industrial para uma Europa Alargada

Neste sentido, o Ministério da Economia tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas destinadas a definir e implementar uma política para as ITVC. Em Fevereiro deste ano, a solicitação do Governo, o *Boston Consulting Group* apresentou as suas recomendações nesta matéria. No mesmo mês, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 42/2003, o Governo criou o PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos. Este programa visa nomeadamente responder às tensões sociais que as transformações em curso podem provocar em regiões com uma especialização industrial muito marcada. Mas a política pública para estas indústrias não pode ser meramente defensiva. Visando estimular um novo modelo de desenvolvimento, o Governo criou, pelo Despacho nº 9311/2003 (2ª série), de 13 de Maio, uma Equipa de Missão, sob a responsabilidade do Dr. Manuel Carlos Costa da Silva, para levar a cabo o Projecto Dínamo “cujo objectivo primordial consiste em conceber e promover acções que contribuam para uma efectiva melhoria do desempenho competitivo das empresas dos sectores têxtil, vestuário e calçado da economia portuguesa, capazes de reposicionarem os referidos sectores na respectiva cadeia de valor.”

Tendo como suporte o diagnóstico da situação efectuada pelo BCG, e em articulação com o responsável pelo PRASD, Prof. Daniel Bessa, a Equipa de Missão ouviu e debateu com todas as associações sectoriais das indústrias em causa, com os respectivos sindicatos, com o restante tecido institucional das indústrias e com as insti-

tuições públicas relevantes. É na sequência deste trabalho de auscultação e concertação que agora se vem apresentar o Programa Dínamo que se pretende que possa ser entendido como um verdadeiro pacto entre o Governo e a indústria do têxtil, vestuário e calçado. O Dínamo pretende reforçar as competências das empresas portuguesas nas áreas da imagem e da internacionalização, incentivar o seu esforço de inovação e desenvolvimento e contribuir para a qualificação dos seus recursos humanos. Só a aposta nestes domínios permitirá melhorar a produtividade nacional e, dessa forma, defender a competitividade internacional das empresas portuguesas e criar condições para que estas possam proporcionar aos seus trabalhadores o nível de vida a que aspiram.

Neste esforço, o empenho do Governo não se resume à política industrial. Se a intensificação da concorrência internacional é inevitável, é contudo fundamental que ocorra num contexto de reciprocidade: a União Europeia deve exigir, nos fóruns apropriados, que os restantes parceiros negociais abram os seus mercados às exportações europeias. O Governo português manterá viva essa preocupação nos negociadores da União.

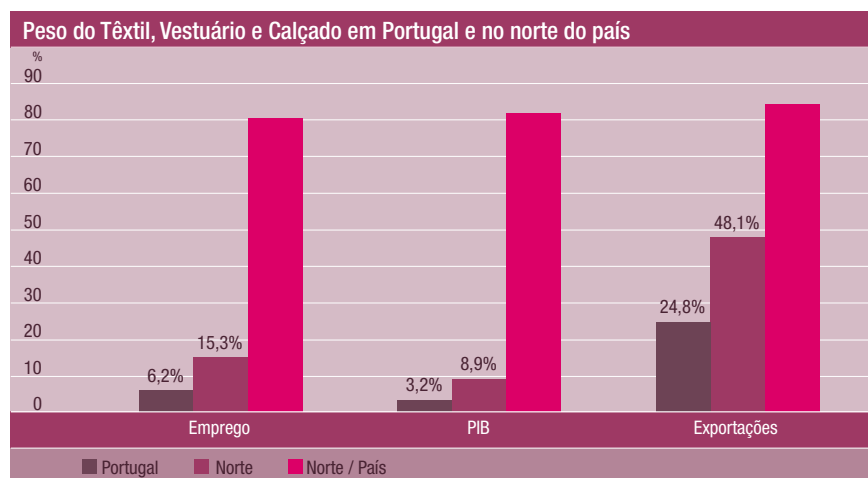
Sendo fundamentais para defender as ITVC portuguesas, as políticas públicas não são suficientes. Em primeira linha, é a indústria que tem que assumir a responsabilidade pelo seu próprio futuro: o empenhamento das empresas, das associações empresariais e do restante tecido institucional de apoio nas transformações necessárias é indispensável. Essas transformações não poderão igualmente ter sucesso sem a colaboração e o empenhamento dos trabalhadores. O diálogo social sectorial deverá assegurar que essa colaboração e esse empenhamento se reflectam na concretização das aspirações existentes. Como se disse, o Dínamo pretende ser um verdadeiro pacto entre todos os interlocutores do têxtil, vestuário e calçado português.

Ao contrário do que por vezes se faz crer, as ITVC não são uma realidade uniforme e sombria. Aí se encontram muitas das mais bem sucedidas empresas nacionais. Do que se trata agora, é de generalizar os casos de excelência existentes.

Diagnóstico

A situação das ITVC tem sido objecto de frequentes análises. Não se pretende aqui efectuar mais um diagnóstico mas antes recordar os traços essenciais de uma situação que é conhecida. O primeiro desses traços é, naturalmente, o grande peso destes sectores na economia portuguesa: **mais de 3% do produto, mais de 6% do emprego e quase um quarto das exportações nacionais** provêm das ITVC, tal como se retrata no gráfico seguinte.

Gráfico 1



Acresce que estes sectores apresentam uma forte concentração regional. Como também se pode constatar no gráfico anterior, **na Região Norte eles representam quase 9% do produto, mais de 15% do emprego e quase metade das exportações**. A Região Norte representa mais de 80% da actividade económica nacional destes sectores, qualquer que seja o indicador escolhido. Aliás, mesmo dentro da Região Norte, estas indústrias apresentam uma **fortíssima concentração em determinados núcleos territoriais** onde, frequentemente, representam a quase totalidade da actividade industrial, como é notório no calçado.

Esta forte concentração regional constitui simultaneamente uma vantagem e uma desvantagem. Vantagem porque tem sido fundamental para facilitar processos de circulação de informação e conhecimento, predominantemente de natureza informal, que viabilizaram que um tecido empresarial constituído predominantemente por pequenas empresas conseguisse, desde há muito, manter uma forte orientação exportadora e uma posição significativa nos mercados internacionais. Desvantagem

porque, inevitavelmente, esta especialização regional cria uma forte dependência face à sorte destas indústrias, não sendo de agora o receio de que uma quebra nos mercados externos possa gerar significativas tensões económico-sociais.

O aspecto mais marcante do peso das ITVC na economia portuguesa é, no entanto, o seu contributo para a Balança Comercial. Como pode verificar-se no gráfico 2, dentro da indústria transformadora, as ITVC são o principal sustentáculo das contas externas portuguesas.

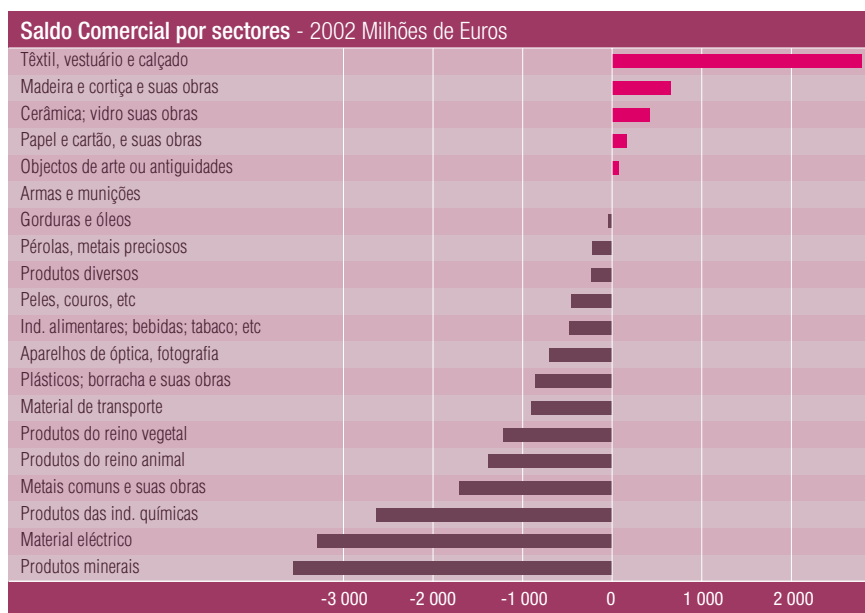


Gráfico 2

Em Portugal, a imagem pública das ITVC não é, há que reconhecê-lo, a melhor. Essa imagem assenta, no entanto, nalgum desconhecimento sobre a real *performance* destas indústrias. De facto, assumindo uma perspectiva de médio-longo prazo, é possível verificar que, na maioria dos domínios, as ITVC têm tido uma evolução claramente superior à da generalidade da indústria transformadora nacional. Por exemplo, na questão crucial da produtividade do trabalho constata-se que o têxtil, vestuário e calçado tiveram uma evolução, ao longo dos 20 anos terminados em 1999, bem acima da média da indústria transformadora e que o calçado e o vestuário

Gráfico 3

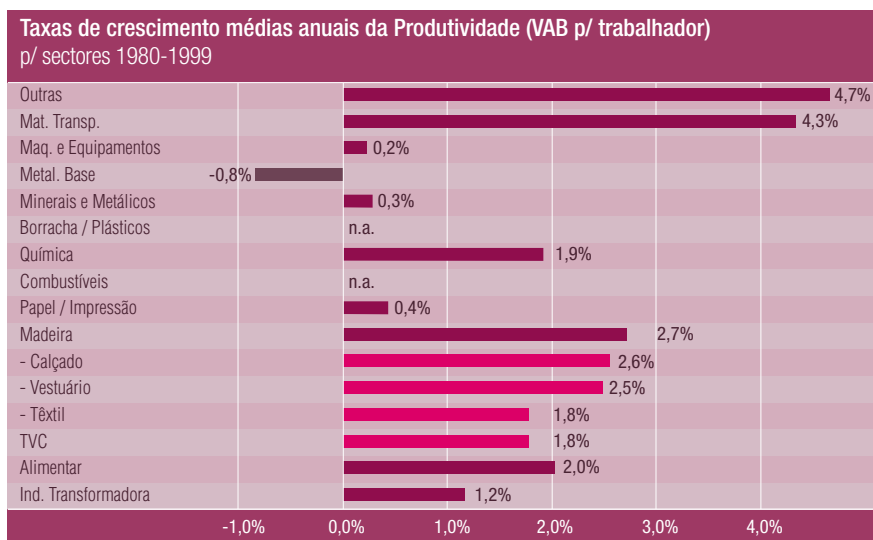
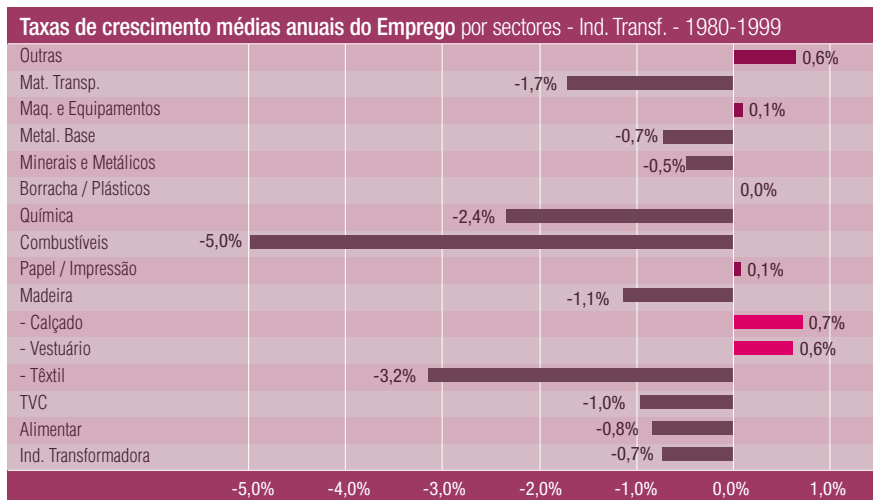


Gráfico 4



são mesmo dos sectores em que esta variável mais cresceu. E, por surpreendente que possa parecer, face à imagem pública destas indústrias, este crescimento da produtividade não assentou na redução do emprego: bem pelo contrário, o calçado e o vestuário foram, ao longo daqueles 20 anos, os sectores da indústria transformadora em que o emprego mais cresceu.

Nem tudo é positivo, contudo, na situação das ITVC. A análise recentemente realizada para o Ministério da Economia pelo BCG identifica quatro problemas estruturais que afectam os sectores:

1. As empresas portuguesas do têxtil, vestuário e calçado **concentram-se nas actividades de menor valor acrescentado**, na cadeia de valor em que se inserem; em particular, encontram-se fortemente concentradas na produção de matérias-primas e produtos finais, tendo uma presença reduzida na concepção do produto, distribuição e comercialização;
2. A sua fonte tradicional de vantagem competitiva tem sido o **baixo custo de mão-de-obra, vantagem que está a desaparecer** devido à abertura dos mercados a produtores de países em que estes são muito mais reduzidos;
3. Os sectores apresentam uma **forte debilidade nas suas alavancas de competitividade**, com fracos níveis de qualificação dos recursos humanos, profissionalização da gestão e investimentos em investigação e desenvolvimento, uma base tecnológica de suporte praticamente inexistente (sobretudo no têxtil e vestuário, sendo a situação mais favorável no calçado) e um enquadramento político-legal pouco favorável;
4. **A estrutura da indústria é muito fragmentada** não existindo, além disso, grandes protagonistas que possam dinamizar e dar coerência à actuação deste tecido de PMEs.

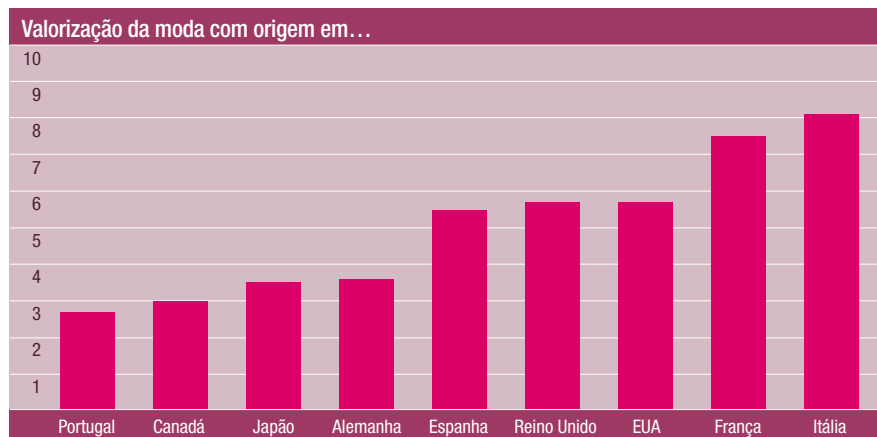
Quanto a este último aspecto, importa referir que a **fragmentação que caracteriza a indústria é, no caso do têxtil e vestuário, extensiva ao seu tecido institucional de apoio** em que se intersectam, sobrepõem, confrontam, e algumas vezes convergem, uma multiplicidade de associações empresariais sectoriais e regionais, centros tecnológicos, centros de formação e muitos outros tipos de agentes institucionais cuja actuação apresenta um evidente défice de coordenação. Neste contexto, independentemente dos méritos de cada uma destas instituições e das suas iniciativas, torna-se difícil dar a utilização mais eficiente aos recursos públicos que são disponibilizados para o desenvolvimento da indústria: para além dos inconvenientes decorrentes da falta de articulação entre diferentes projectos, **a mera multiplicação das instituições, com os custos fixos de cada uma, origina um desperdício de recursos**. A título ilustrativo, refira-se que, no âmbito do têxtil e vestuário, nos três Quadros Comunitários de Apoio foram concedidos apoios a 15 entidades de natureza sectorial e 14 entidades de outra natureza. São contudo de registar iniciativas espontâneas de integração e coordenação de actividades, que têm ocorrido nos anos mais recentes, de que são

exemplo as fusões entre a ANIVEC e a APIV e entre a APIM e a APT ou o propósito de fundir os dois portais actualmente existentes no têxtil e vestuário.

A retracção do volume de negócios que, nos últimos anos, se tem verificado no têxtil e vestuário, e a sua estabilização no calçado, são já reflexo da dificuldade que se tem vindo a acentuar em competir por via do custo, tal como o são os muito propalados casos de encerramento de empresas estrangeiras a operar no nosso país. Nos primeiros destes sectores, a integração do comércio têxtil nas regras da OMC, que se vai verificar em 2005, virá inevitavelmente acentuar esta dificuldade. Em menor medida, o alargamento da União Europeia a concretizar em 2004, contribuirá também no mesmo sentido, sobretudo na medida em que a plena participação dos 10 novos países membros venha reforçar a sua capacidade para atrair investimento estrangeiro.

Na sua acção nos mercados internacionais, as empresas portuguesas das ITVC, aliás como de outros sectores, debatem-se com **dificuldades resultantes do facto de o nosso país não ser percebido, em geral, como uma origem de produtos de qualidade e, em particular, de moda.** No âmbito de um estudo realizado pelo governo espanhol, na preparação do seu plano global de moda, um painel de compradores internacionais foi inquirido sobre como valorizava, numa escala de 0 a 10, a moda proveniente de determinados países.

Gráfico 5



Como se pode verificar no gráfico, a imagem de Portugal encontra-se muito distante de países como a Itália ou a França e mesmo da própria Espanha. A ausência de empresas portuguesas de elevada dimensão é, inevitavelmente, um forte obstáculo ao desenvolvimento de estratégias individuais direccionadas para ultrapassar esta vulnerabilidade.

Os diversos problemas já elencados têm uma tradução muito concreta: a reduzida produtividade da indústria portuguesa do têxtil, vestuário e calçado, isto é, a sua reduzida capacidade para transformar os recursos utilizados em riqueza. Em 1999, segundo dados da base de dados STAN da OCDE, no conjunto das ITVC, **a produtividade portuguesa não atingia 45% da média da UE15.**

Deste reduzido valor não se deve, no entanto, concluir que foi em vão o esforço de modernização feito pela indústria portuguesa ao longo da década de 90 e o apoio público canalizado para esse efeito: em 1991, a produtividade portuguesa situava-se ainda nos 35% da média da UE15, tendo-se portanto verificado uma recuperação não negligenciável. Em particular, é de assinalar a progressão verificada no calçado, que em 1991 era a menos produtiva das três indústrias, ficando-se pelos 31% da média da UE15 e em 1999 tinha passado a ser a mais produtiva das três, com 54% da média da UE15. Ainda assim, é razoável questionar se os quase 1.200 milhões de euros de incentivos atribuídos às indústrias do têxtil e vestuário e os 200 milhões atribuídos ao calçado, desde 1988, não poderiam ter permitido ir mais além.

A discrepância que a indústria portuguesa ainda apresenta face à União Europeia parece reflectir, em parte substancial, a sua concentração nos segmentos de menor valor acrescentado da cadeia de valor e o défice de imagem dos produtos nacionais. Importa, por isso, canalizar para esses domínios os apoios a conceder às indústrias. No entanto, no contexto de restrição orçamental que se vive, **torna-se fundamental alcançar uma relação custo-benefício mais favorável na utilização desses apoios.** É, por isso indispensável que as entidades representativas da indústria sejam capazes de encontrar formas de colaboração e integração que evitem actuações descoordenadas, e até sobrepostas, incompatíveis com esse propósito.

Note-se, por fim, que os dados globais aqui avançados não devem fazer esquecer a existência de dinâmicas diferenciadas, quer entre os diversos segmentos do têxtil,

vestuário e calçado, quer entre empresas de cada um desses segmentos. Em particular, é patente que o calçado, apesar de não beneficiar das restrições quantitativas ao comércio internacional que têm protegido o têxtil e vestuário, tem conseguido a *performance* mais favorável, a diversos níveis, destas três indústrias.

Objectivos fundamentais e eixos estratégicos do programa

O Programa Dínamo assume como objectivo fundamental a promoção da produtividade das indústrias do têxtil, vestuário e calçado portuguesas, como forma de potenciar a sua competitividade externa e a sua capacidade para gerar riqueza para a economia nacional. Apesar dos progressos verificados na última década, em Portugal, a produtividade destas indústrias continua distante da conseguida em média na União Europeia. Um esforço acelerado de redução desta desvantagem é a única forma de garantir que os sectores mantêm a sua capacidade competitiva e, mais do que isso, que conseguem responder às expectativas das comunidades em que se inserem no sentido de lhes proporcionar um nível de vida satisfatório.

O programa propõe um conjunto de acções destinadas a atacar os problemas estruturais existentes, organizadas em torno de três eixos estratégicos fundamentais:

- imagem e internacionalização;
- qualificação dos recursos humanos;
- inovação e desenvolvimento.

O primeiro destes eixos visa contribuir para que as empresas nacionais passem a apropriar-se de uma maior parcela do valor gerado na cadeia produtiva em que se inserem. De facto, embora não se possa descurar um esforço contínuo de melhoria a nível da fabricação, em si mesma, os baixos níveis de produtividade das empresas nacionais são, muitas vezes, o resultado de se confinarem a esse estágio da cadeia de valor. Para ultrapassar este problema, é necessário chegar mais perto do consumidor final, não deixando a distribuição internacional da produção portuguesa exclusivamente sob o controlo de empresas estrangeiras. Daí a importância da internacionalização, nomeadamente, a nível da distribuição. É igualmente necessário melhorar a imagem dos produtos portugueses junto dos consumidores finais, tanto estrangeiros como nacionais, e dos grandes compradores internacionais e, em paralelo, reforçar as competências nacionais na componente "moda" do negócio. Sem uma rápida transição para segmentos de negócio de maior valor acrescentado, a indústria nacional, sobretudo de têxtil e vestuário, terá dificuldade em se bater no mercado inteiramente liberalizado que se avizinha. Esta transição poderá envolver a deslocalização de segmentos de actividade de baixo valor acrescentado para países com custos laborais muito inferiores aos portugueses. Estes processos terão que ser encarados com naturalidade, apesar do impacto que, no imediato, poderão ter sobre o emprego.

O segundo eixo visa combater a unanimemente reconhecida baixa qualificação dos recursos humanos nacionais: baixa qualificação dos trabalhadores mas também baixa qualificação dos quadros e responsáveis empresariais. Sem uma evolução marcada a este nível, o objectivo final do Dínamo é inatingível. Não é possível evoluir para segmentos de negócio com maior valor acrescentado sem capacidades a nível do *design* e estilo em que o país é carente. Não é possível apostar de forma credível na internacionalização sem ter quadros empresariais com a formação necessária para actuar em mercados com um grande grau de exigência. Não é possível apostar na inovação sem dispor de capacidade para gerar e gerir ideias e projectos tecnologicamente ambiciosos. Não é possível aproveitar as potencialidades da incorporação de tecnologias de informação e comunicação se o trabalhador médio mantiver os baixos níveis de qualificação actuais. Não é, finalmente, possível gerar maior riqueza com os recursos disponíveis sem empresários e gestores devidamente preparados.

Finalmente, o terceiro eixo visa incentivar as empresas nacionais a continuarem o esforço de actualização tecnológica em curso e, mais do que isso, a reforçar as, actualmente muito débeis, competências nacionais no domínio do desenvolvimento de tecnologias para as ITVC. O movimento dentro da cadeia de valor que se pretende estimular, com uma transição para segmentos de negócio de maior valor acrescentado, exige que Portugal não continue a ser um mero utilizador de tecnologia, passando a dedicar-se também ao seu desenvolvimento, só assim podendo aspirar a tornar-se um pólo motor do negócio Moda. Por outro lado, tendo em conta o desafio de curto prazo que a abertura do mercado em 2005 coloca, é indispensável aproveitar devidamente as potencialidades que a tecnologia oferece e que possam servir como contrapartida à vantagem em termos de custo de mão-de-obra que outros países apresentam. Para isso, é fundamental conseguir ganhos de eficiência na organização da cadeia produtiva e promover tecnologias e processos que permitam responder com a maior rapidez às solicitações dos mercados.

Várias preocupações atravessam transversalmente os três eixos do programa. Em primeiro lugar, em cada um deles, procura-se estimular a **reorganização do tecido institucional de apoio** às indústrias, fomentando iniciativas de integração e coordenação de actividades que permitam uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos disponibilizados. Depois, sem prejuízo de iniciativas de consolidação que

possam surgir espontaneamente, estimula-se igualmente a **cooperação interempresarial** como via que, no imediato, poderá permitir combater de forma mais eficiente a grande fragmentação do tecido empresarial. Assim, a apresentação conjunta de projectos, por consórcios de empresas e, eventualmente, outras entidades será sempre encarada como um aspecto positivo. Finalmente, a difusão alargada de **informação** sobre os sectores e para os sectores é também uma preocupação transversal, de forma a que o Dínamo possa beneficiar o maior número possível de empresas. Importa ainda lembrar que o Dínamo foi concebido em articulação com o PRASD, pelo que as recomendações que este prevê para apoio a áreas deprimidas deverão ser tidas em conta na implementação do Programa Dínamo.

A implementação do Programa Dínamo exige um esforço concertado entre os diversos agentes com influência no sector. Nesse sentido, a Equipa de Missão promoveu uma discussão prévia com as diversas associações empresariais das ITVC e obteve o seu compromisso com o plano de acção apresentado. Em particular, as associações (ANIL, ANIT-LAR, ANIVÉC/APIV, APICCAPS, ATP) acordaram que uma estreita cooperação entre si é indispensável ao sucesso dos objectivos deste programa: estas associações criaram já grupos de trabalho inter-associativos que irão coordenar as suas actividades nos domínios da promoção comercial, criação de um centro de moda e formação profissional. No entanto, caso a iniciativa espontânea dos agentes do sector se revele insuficiente para dar cumprimento a este programa, o Governo utilizará outros meios, de cariz mais voluntarista, como a abertura de concursos, para concretizar as acções propostas.

Programa de acção

O Dínamo é um programa de acção, isto é, um conjunto de iniciativas concretas a executar – de natureza e complexidade diversas – que se entende serem de grande importância para o futuro das ITVC. Neste ponto do documento, procede-se à apresentação de cada uma das acções propostas, devidamente enquadrada no respectivo eixo estratégico. Apesar desta apresentação individualizada de cada uma das acções, há, em muitos casos, toda a conveniência em proceder a uma articulação na fase da sua implementação, sem o que se perderá muito do seu potencial impacto.

As acções propostas situam-se, prioritariamente, na esfera de actuação do Estado ou das entidades do tecido institucional de apoio aos sectores. Não significa isto que se dê menos importância à actuação das empresas na definição do futuro destas indústrias. Pelo contrário, a iniciativa empresarial é fundamental. No entanto, não cabe ao Governo definir as acções concretas que as empresas devem empreender nem estaria ao seu alcance concertar com cada uma delas um programa de acção, como se fez com as entidades associativas. Para as apoiar nas iniciativas que queiram tomar, e para incentivar a sua actuação em determinados domínios, o Governo disponibiliza mecanismos de apoio como as medidas do PRIME e incentivos fiscais, em cuja aplicação terá na devida conta as orientações deste Programa Dínamo.

Eixo 1 **Imagem e internacionalização**

A moda portuguesa tem um escasso reconhecimento internacional e as empresas nacionais têm uma reduzida presença nas fases da cadeia de valor que se estendem para lá da fabricação. Estas são duas debilidades importantes que se traduzem directamente na baixa produtividade da indústria nacional e que justificam que a "imagem e internacionalização" constitua o eixo 1 deste programa.

Acção 1.1 **Criação do centro de moda portuguesa (CMP)**

Reflectindo o amplo consenso existente no seio das ITVC, promover-se-á a definição e implementação do centro da moda portuguesa. O âmbito de intervenção do centro incluirá, nomeadamente:

- O acompanhamento das tendências de moda nos mercados internacionais;
- A difusão junto das empresas nacionais de informação de valor acrescentado sobre moda e mercados;
- A promoção da moda portuguesa, no país e no estrangeiro;
- A formação avançada no domínio da moda, explorando o potencial de colaboração com outras entidades, designadamente as entidades formadoras ligadas às ITVC;
- O apoio às empresas no desenvolvimento das suas capacidade no domínio da moda.

A convergência de esforços das entidades mais relevantes das ITVC na criação do CMP permitir-lhe-á uma capacidade de intervenção que supere as lacunas da oferta actualmente existente neste domínio.

Acção 1.2 **Criação de marcas para a moda portuguesa**

Promover-se-á a criação e implementação de marcas de empresas, ou de conjuntos de empresas, que permitam reposicionar a oferta nacional destes sectores nos mercados interno e externo. Neste domínio, ter-se-á em conta a filosofia do Programa Marcas Portuguesas Comércio, recentemente lançado pelo ICEP.

Acção 1.3 **Acções demonstrativas da oferta portuguesa das ITVC**

A multiplicidade e variedade de iniciativas de promoção da moda portuguesa, actualmente muito dispersas, deveria permitir obter o máximo resultado em notoriedade, visibilidade, percepção do posicionamento da relação qualidade/preço da oferta portuguesa, bem como da sua diversidade e complementaridade. Assim, prevê-se a realização, em articulação com o ICEP, de um plano contendo um con-

junto integrado de eventos (poucos, mas intensamente focados no impacto desejado), constituindo "grandes momentos do sector", a realizar no estrangeiro e/ou em Portugal, nomeadamente:

- *road show* de uma semana da moda apresentando uma mostra da oferta, construída numa lógica de complementaridade subsectorial e de coerência, tendo em conta o segmento específico do público-alvo comprador;
- desfiles de criadores nacionais capazes de atrair a atenção dos media internacionais e *opinion makers*;
- acções de relações públicas, eventual contratação de assessorias de imprensa em mercados fundamentais, e negociação publicitária em revistas de banca e de grande tiragem com um posicionamento nos segmentos do consumo final de moda e decoração;
- captação de ícones (nacionais, com projecção internacional, e internacionais, do mundo da moda, desporto, etc) para a divulgação dos produtos da ITVC portuguesa.

Agregando os actores em torno de iniciativas que afirmem o reconhecimento da capacidade empresarial e mobilizando-os para cada iniciativa tendo em vista objectivos comuns – aumentar margem, consolidar quotas e conquistar novos clientes – são criadas as condições para a sustentabilidade comercial do negócio da ITVC portuguesa.

Acção 1.4 **Visitas de compradores e jornalistas estrangeiros**

Os promotores de eventos ligados à moda portuguesa, em articulação com o ICEP, promoverão a visita ao nosso país de jornalistas e compradores estrangeiros, nomeadamente no quadro dos "grandes momentos do sector" associados à acção 1.3. As associações sectoriais, em articulação com aquelas entidades, promoverão iniciativas semelhantes, com o objectivo de divulgar a oferta nacional, no âmbito dos seus sectores, que poderão incluir visitas a feiras, empresas, centros tecnológicos, etc.

Acção 1.5 **Campanhas de promoção, feiras e missões no estrangeiro**

As associações sectoriais, em articulação com o ICEP, promoverão um agressivo plano de promoção, nomeadamente no exterior, englobando campanhas de promoção, participação em feiras e missões empresariais. Reconhecendo a importân-

cia de um trabalho coordenado neste domínio, o plano de promoção para 2004 foi já objecto de concertação no grupo de trabalho inter-associativo.

Ação 1.6 Plano de comunicação para a moda portuguesa

O ICEP promoverá um plano de comunicação para a moda portuguesa, destinado a assegurar a sua presença regular nos media relevantes, quer no quadro de eventos como a Semana da Moda, quer fora dele. Este plano deverá aproveitar as potencialidades oferecidas pela integração das estruturas do ICEP no exterior na rede diplomática portuguesa. Na medida em que tal se revele conveniente, o ICEP poderá recorrer aos serviços de empresas especializadas.

Ação 1.7 Financiar operações empresariais de reposicionamento na cadeia de valor

O Ministério da Economia, através das entidades que tutela, assegurará a disponibilidade de capital de risco e garantia mútua para financiar projectos de reposicionamento na cadeia de valor. Será dada particular prioridade a projectos que assegurem a constituição ou aquisição de redes de retalho de têxtil, vestuário e calçado de dimensão significativa no exterior e que apresentem o potencial para implantar ou adquirir marcas próprias.

Estes apoios estarão disponíveis de forma não discriminatória, estando o ME aberto a estudar as propostas que lhe sejam apresentadas. Dada a fragmentação do tecido empresarial português, serão favoravelmente encaradas propostas que resultem da cooperação entre várias empresas, desde que esteja assegurada uma gestão profissional do projecto.

Ação 1.8 Incentivo fiscal à internacionalização

O Ministério da Economia irá propor a simplificação processual dos incentivos fiscais à internacionalização, que permitem deduzir à colecta uma determinada percentagem das despesas efectuadas nesse domínio. Para este efeito, são consideradas aplicações relevantes as que se refiram à criação de sucursais ou de estabelecimentos estáveis no estrangeiro, à aquisição de participações em sociedades não residentes ou à criação de sociedades no estrangeiro e à promoção internacional.

Eixo 2 **Qualificação dos recursos humanos e empreendedorismo**

A qualificação dos recursos humanos, a todos os níveis da empresa, é um requisito fundamental, tendo em conta o objectivo do Dínamo. O plano de acção proposto inclui, por isso:

- acções dirigidas aos trabalhadores, com o objectivo de melhorar o seu nível médio de formação e de os dotar com conhecimentos em matérias relevantes para a sua actividade;
- acções dirigidas aos quadros intermédios, visando desenvolvimento/reforço das suas capacidades em diversas áreas da gestão, nomeadamente o *marketing* internacional, o *design* e engenharia de produto, a produção e a logística, a qualidade e a gestão da inovação;
- acções dirigidas aos gestores de topo das empresas, sensibilizando-os e dando-lhes conhecimentos e competências em áreas de importância estratégica, como por exemplo, *design*, marcas, *marketing* internacional, distribuição, comércio internacional, análise e interpretação de indicadores, cooperação e parcerias, etc.

Acção 2.1 **Reforço da participação das associações sectoriais na gestão dos centros de formação profissional**

De acordo com o anteprojecto de Lei da Formação Profissional apresentado pelo Governo aos parceiros sociais, a gestão dos actuais centros de formação profissional de gestão participada será confiada, através da celebração de contratos-programa, aos actuais parceiros, nomeadamente às associações sectoriais, o que permitirá uma melhor adequação da oferta de formação às reais necessidades do mundo empresarial. No que respeita à formação no domínio da moda, a actividade dos CFP será articulada com a do CMP, cabendo a este último a formação avançada.

Acção 2.2 **Inventariação e reorganização da formação dirigida às indústrias**

As associações sectoriais constituirão um grupo de trabalho para coordenar a inventariação de toda a formação actualmente dirigida aos seus sectores, seja nos CFP, nos centros tecnológicos, em escolas tecnológicas, em politécnicos, em universidades, etc. Um esforço preliminar neste sentido, permitiu identificar, só na área do *design*, mais de uma centena de instituições que oferecem formação, a diversos níveis. Importa verificar se uma tal dispersão da oferta não redundava numa menor eficiência na utilização dos

recursos disponíveis, e nomeadamente dos recursos públicos. Um dos resultados deste trabalho será a produção de um CD ROM/site, a actualizar regularmente, em que o inventário da formação existente seja disponibilizado a empresas e potenciais formandos.

A esta inventariação seguir-se-á a apresentação de uma proposta destinada a reorganizar a oferta existente, de forma a responder adequadamente às necessidades de formação da indústria e a garantir a eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Ação 2.3 Formação de especialistas em comércio externo

O ICEP, apoiando-se na experiência do programa Contacto, promoverá um programa de formação de especialistas em comércio externo, dirigido aos sectores da moda. Este programa, embora possa contemplar um período inicial de formação em sala, assentará na realização de estágios em empresas nacionais e internacionais.

Ação 2.4 Dinamização da inserção de jovens *designers* de moda nas empresas

Será apoiada a inserção de *designers* de moda nas empresas industriais, através do pagamento parcial, e degressivo, das suas remunerações durante os primeiros meses de actividade. Este apoio financeiro será complementado por apoio técnico por parte do CPD. O CPD promoverá também um concurso entre estes profissionais, destinado a premiar as melhores criações em ambiente empresarial, tendo como pressuposto a utilização de ferramentas informáticas avançadas de desenho e simulação, como forma de promover a sua utilização.

Ação 2.5 Programa de incubação de empresas na área do *design*

Os centros tecnológicos das ITVC, em articulação com o CMP e o CPD, irão protocolar com as entidades gestoras de instituições de incubação de empresas formas de colaboração que permitam incluir o *design*, e nomeadamente o *design* para as ITVC, entre as suas áreas prioritárias de actuação, proporcionando aos promotores empresariais uma acrescida probabilidade de sucesso por via de uma mais estreita proximidade com as indústrias potencialmente clientes.

Acção 2.6 **Formação dirigida aos gestores de empresas do sector**

As associações sectoriais promoverão planos de formação para gestores de empresas dos seus sectores. Esta formação incidirá em tópicos como as tendências globais para a indústria, o *marketing* e, em particular, a utilização de marcas, o *design*, a gestão da *supply chain*, a utilização de tecnologias de informação, a promoção e gestão da inovação, a actividade comercial e ferramentas de gestão.

Acção 2.7 **Colocação de profissionais em empresas**

As associações sectoriais farão uma ampla divulgação das potencialidades do Programa Quadros para apoiar a integração nas empresas de quadros que reforcem as suas competências internas, seja nos vários domínios da moda e *design*, da gestão ou das tecnologias, seja na concepção do produto, seja ainda na criação de competências internas de promoção e gestão da inovação.

Eixo 3 **Inovação e desenvolvimento**

A política de inovação e desenvolvimento para a ITVC portuguesa tem que ter em conta que, se a situação presente de competitividade da indústria exige acções de curto prazo, só o investimento em acções de médio-longo prazo poderá garantir a sustentabilidade do negócio em Portugal. Assim, o investimento em inovação e desenvolvimento assume, no contexto do Dínamo, um duplo objectivo. Por um lado, é um sustentáculo da transição para segmentos de negócio de maior valor acrescentado, correspondendo a uma aposta de médio e longo prazo para a indústria. Por outro, é um meio de, em paralelo, conseguir uma maior eficiência nos segmentos de especialização actual da indústria, nomeadamente tendo em conta os desafios que se colocam no curto prazo.

As acções propostas dirigem-se não só à "produção" de inovação e desenvolvimento, propriamente dita, como a funções de coordenação e disseminação, que a experiência mostra serem fundamentais para o sucesso de intervenções neste domínio. A formação no domínio da promoção e gestão da inovação, incluída na acção 2.6, será instrumental para o sucesso deste eixo de actuação. Da mesma forma, o novo Código da Propriedade Industrial tem uma função instrumental de grande importância, ao criar condições para que as empresas possam retirar os devidos benefícios das suas actividades geradoras de inovação.

As acções propostas procuram dirigir-se, de forma integrada e consistente, a quatro grupos de entidades: as empresas das ITVC; as empresas fornecedoras de materiais e componentes para estas indústrias; as empresas fornecedoras de bens de equipamento, sistemas e serviços; e as entidades do Sistema de Ciência e Tecnologia (SCT).

Acção 3.1 **Criação do Fórum para a Estratégia Tecnológica das ITVC**

Esta acção visa a criação de um fórum de discussão para a ITVC, com o objectivo de definir as grandes opções estratégicas do sector e daí derivar as principais linhas de desenvolvimento científico e tecnológico e um plano de acções integrado e consistente. Este fórum integrará um conjunto de personalidades relevantes para as ITVC, nomeadamente pela sua ligação a associações sectoriais, centros tecnológicos, empresas do sector, fornecedores de materiais e componentes, fornecedores de tecnologia, universidades e institutos de I&D ou administração pública.

Acção 3.2 **Coordenação e racionalização dos centros tecnológicos e outros centros de conhecimento**

As ITVC contam com o apoio de dois centros tecnológicos, para além de um conjunto de institutos de novas tecnologias e centros de estudos que, apesar de manterem entre si contactos estreitos, não têm assumido papéis de complementaridade clara no contexto de um mesmo *cluster*.

Para o futuro, as suas estratégias devem ser articuladas e o seu *know-how* explorado de forma integrada, permitindo ainda que o conjunto se articule melhor com as outras entidades relevantes para o *cluster*. Só assim se poderá constituir um verdadeiro centro de competências na área da moda. Os centros tecnológicos deverão focar as suas actividades nas suas competências naturais, nomeadamente de verificação e indução da qualidade e desenvolvimento de materiais, produtos e processos, para além de assumirem um papel fundamental na coordenação dos processos e projectos de inovação e funcionarem como motores da inovação intra e trans-sectorial.

Será criado um grupo de trabalho, composto pelos responsáveis das várias instituições existentes, com a missão de operacionalizar:

- O desenvolvimento de um modelo de articulação que envolva
 - Partilha do conhecimento de capacidades e competências;
 - Mecanismos de análise de problemas, necessidades e oportunidades;
 - Mecanismos de prospectiva e planeamento conjuntos.
- O desenvolvimento de planos plurianuais de criação e abate de serviços e competências.
- A preparação conjunta de novos projectos e outras actividades após uma avaliação dos projectos e actividades em curso.
- A monitorização da implementação dos mecanismos de articulação.

Acção 3.3 **Dinamização da função inovação de produtos e processos nas ITVC**

Esta acção tem como objectivo principal criar nas empresas a capacidade de dinamizar e gerir processos de inovação, quer ao nível dos produtos, quer dos processos. Esta abordagem privilegia claramente uma acção em duas fases:

- Primeiro enraizar nas empresas a capacidade de dinamizar e gerir projectos de inovação, permitindo-lhes, nomeadamente, serem elas os motores de novas ideias e conceitos e serem capazes de dialogar com outras entidades necessárias à execução dos projectos de forma adequada e eficiente (nomeadamente com as instituições de I&D) e num patamar de igualdade.
- Depois, e na medida em que for justificável, criar competências internas de investigação e de desenvolvimento tecnológico que elevem o nível de auto-sustentação das suas capacidades de inovar.

Este objectivo poderá ser atingido através da combinação de um conjunto de actividades:

- A sensibilização (formação) dos gestores das empresas para a relevância e o impacto da integração nas suas organizações da função inovação;
- A reformulação organizacional a fim de integrar essa função no seu *core business*;
- O reforço das suas equipas com pessoal com as competências necessárias, como, por exemplo, com experiência anterior em actividades de inovação ou em áreas avançadas de conhecimento técnico e tecnológico, nomeadamente em áreas complementares às suas competências tradicionais.
- O treino de pessoal interno em temas relevantes para a função inovação e desenvolvimento de produto.
- Implementação de mecanismos de articulação permanente e profissional com o SCT.

Acção 3.4 Aumento da flexibilidade, capacidade de resposta e da produtividade dos processos de concepção e produção

Esta acção engloba um conjunto de áreas e de projectos de inovação de grande abrangência que visam dotar as empresas com o *know-how* e tecnologia que lhes permita enfrentar os desafios que os nichos de maior valor acrescentado dos sectores moda colocam aos processos de concepção e produção. Os requisitos de flexibilidade (encomendas de pequena dimensão e grande diversidade de modelos), de resposta rápida, de diminuição de custos, de elevada qualidade (quer do produto final, quer do serviço prestado ao cliente) e a atenção crescente relativamente ao impacto ambiental dos processos produtivos, numa perspectiva de sustentabilidade, exigem uma alteração profunda dos processos e das respectivas tecnologias de suporte.

Pela sua natureza, estes projectos deverão envolver empresas das ITVC, centros tecnológicos, instituições de I&D e fornecedores de tecnologia (bens de equipamento, sistemas, serviços, etc).

Acção 3.5 **Desenvolvimento de novos materiais, componentes e subprodutos de enobrecimento**

Esta acção visa estimular empresas (das ITVC e fabricantes de subprodutos), para, em articulação com centros tecnológicos e centros de investigação, encetarem projectos de desenvolvimento de novos materiais, componentes e subprodutos de enobrecimento para as ITVC.

Existe uma multiplicidade de objectivos da ITVC que se podem dinamizar através do desenvolvimento de novos subprodutos, nomeadamente:

- Aumento do valor acrescentado (por diversificação da oferta, por incorporação de funções, etc.).
- Aumento da eficiência do processo produtivo;
- Diminuição do impacto ambiental e promoção da sustentabilidade;

A exemplo do que vem acontecendo noutras indústrias, também as ITVC evoluirão progressivamente para a integração de peças (subprodutos) e componentes complexos produzidos a montante. A inovação nas ITVC está também, por isso, intimamente ligada à inovação dos respectivos fornecedores.

Acção 3.6 **Promoção da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental nas ITVC**

Com esta acção pretende-se promover o estudo e a adopção de soluções inovadoras que, através da integração de tecnologias das áreas da Energia e do Ambiente, permitam assegurar a sustentabilidade ambiental das ITVC, sem pôr em risco a sua competitividade empresarial.

A definição de uma acção conjunta nas áreas da Energia e Ambiente prende-se, por um lado, com a sua importância para o futuro da ITVC na Europa e, por outro, com a forte inter-relação existente entre elas. Esta estratégia passa pela reciclagem de produtos finais, materiais ou resíduos, pela valorização energética (ou outras) dos resíduos industriais e pelo aumento da eficiência na utilização da energia nos

processos produtivos, nomeadamente pela utilização de materiais e componentes de baixo conteúdo energético e ainda pela utilização de processos avançados de fabrico onde a automação e miniaturização serão relevantes.

Acção 3.7 **Facilitar a criação de redes de cooperação estratégica**

Esta acção visa incentivar as empresas das ITVC na identificação, concepção e implementação de redes de cooperação estratégica, nomeadamente recorrendo aos instrumentos do comércio e negócio electrónicos. A acção prevê a criação de redes horizontais (entre empresas com o mesmo tipo de actividade) e verticais (integrando a totalidade ou parte da cadeia de valor). Exemplos do primeiro tipo são a constituição de redes de produtores ou de redes de lojas, enquanto que os projectos designados por "Supply Chain Management" ilustram o segundo tipo de redes. Existe também um amplo potencial na aproximação entre as ITVC e empresas utilizadoras de têxteis para aplicação técnica.

Estas acções incluem o desenvolvimento e implementação dos novos modelos de negócio e das respectivas ferramentas de suporte (nomeadamente baseadas em TIC's). Para tal, estes projectos deverão englobar empresas das ITVC, *software houses* e integradores de sistemas, empresas de consultoria, os centros tecnológicos, institutos de novas tecnologias e entidades formadoras.

Acção 3.8 **Orientar a investigação fundamental para a ITVC**

Esta acção visa induzir um conjunto de projectos com o objectivo de promover actividades de investigação em áreas que sejam estratégicas para a sustentabilidade e competitividade das ITVC a médio prazo. Distingue-se das acções anteriores por visar a criação de conhecimento estratégico, que possa realimentar o ciclo de inovação da indústria, sem uma preocupação de aplicação imediata, destinando-se antes a gerar conhecimento e protótipos em fase laboratorial. Exemplos são o desenvolvimento de novos materiais, visando a criação de novos produtos, e a concepção de novas tecnologias que permitam a introdução de alterações radicais nos processos produtivos. As áreas e os objectivos gerais das actividades de investigação serão definidos e propostos pela ITVC, através das suas entidades representativas, a sua realização será coordenada pelos centros tecnológicos e sujeita a concursos públicos aos quais poderão candidatar-se as universidades e os institutos de I&D.

Acção 3.9 **Desenvolvimento de acções de demonstração**

Estas acções visam sobretudo a disseminação e a demonstração dos resultados dos projectos inovadores, através da utilização de empresas demonstradoras. A articulação das acções de demonstração com os projectos de inovação anteriormente referidos nas acções 3.4, 3.5 e 3.6 constitui uma forte contribuição para um efectivo impacte sectorial das mesmas (através da generalização da sua utilização a um número elevado de empresas). Estes projectos contarão com a participação (fundamental) das empresas demonstradoras, para além dos centros tecnológicos e dos fornecedores das respectivas tecnologias e serão apoiados, nomeadamente, ao abrigo do Sistema de Incentivos à Realização de Projectos Piloto Relativos a Produtos, Processos e Sistemas Tecnologicamente Inovadores.

Acção 3.10 **Promover a aproximação da ITVC a outros sectores estratégicos da economia portuguesa**

As entidades do SCT ligadas às ITVC promoverão acções de prospecção de oportunidades de negócio cruzado com outros sectores estratégicos da economia portuguesa, nomeadamente automóvel, aeroespacial, *habitat*, saúde, turismo, entre outros. Estas acções incluirão:

- A promoção de acções de reconhecimento trans-sectorial;
- A divulgação das capacidades da ITVC junto de sectores potencialmente utilizadores dos seus produtos;
- A colaboração na especificação e preparação de acções de inovação em consórcio.

Acção 3.11 **Promover a excelência e a produção “ética” das ITVC portuguesas**

Esta acção visa levar Portugal a liderar um processo envolvendo os países do sul da Europa na sensibilização dos consumidores europeus e norte-americanos para a preferência por "produtos éticos", produzidos com

- Código ético-deontológico;
- Responsabilidade Social; (SA 8000, ...)
- Código de salvaguarda ambiental; (ISO 14000, ...)
- Higiene e segurança no trabalho; (OHSAS 18000, ...)
- Salvaguarda da não toxicidade; (Öko-Tex, ...)
- Requisitos de gestão da qualidade. (ISO 9000, ...)

Finanziamento

Sem prejuízo das fontes de financiamento indicadas para as acções específicas de qualificação de recursos humanos como é o caso da 2.3 , 2.4 e 2.6, poderão os promotores – empresas e/ou entidades da envolvente – apresentar projectos de formação profissional autónomos desde que associados às suas estratégias de investimento no quadro das diferentes acções do Dínamo. Tais projectos terão enquadramento no PRIME no âmbito das acções 4.1 – Formação associada a estratégias de investimento das empresas e da envolvente e 4.3 – Formação em novos desafios económicos no âmbito das parcerias.

Acção	Descrição	Alternativas de financiamento
1.1	Criação do Centro da Moda Portuguesa	SISCOOP PRIME 4, 5.2, 6, 8 Programa Operacional da Região do Norte POEFDS
1.2	Criação de marcas para a moda portuguesa	PRIME 8
1.3	Acções demonstrativas da oferta portuguesa das ITVC	PRIME 6, 8
1.4	Visitas de compradores e jornalistas estrangeiros	PRIME 8
1.5	Campanhas de promoção, feiras e missões ao estrangeiro	PRIME 8
1.6	Plano de comunicação para a Moda Portuguesa	PRIME 8
1.7	Financiar operações empresariais de reposicionamento na cadeia de valor	SCR, SGM PRIME 3.4
1.8	Incentivo fiscal à internacionalização	Não aplicável.
2.1	Reforço de participação das associações sectoriais na gestão dos CFP	Contrato-programa com IEFP
2.2	Inventariação e reorganização da formação dirigida às indústrias	PRIME 5.1, 5.2 POEFDS
2.3	Formação de especialistas em comércio externo	PRIME 6, 8
2.4	Dinamização da inserção de jovens <i>designers</i> de moda nas empresas	PRIME 6
2.5	Programa de incubação de empresas na área do <i>design</i>	Não aplicável.
2.6	Formação dirigida aos gestores das empresas do sector	PRIME 6 POEFDS
2.7	Colocação de profissionais em empresas	PRIME 3.3. D/4.2 (Programa Quadros)
3.1	Criação do fórum para a Estratégia Tecnológica das ITVC	A definir.
3.2	Coordenação e racionalização dos centros tecnológicos e outros centros de conhecimento	Não aplicável.
3.3	Dinamização da função Inovação de Produtos e Processos nas ITVC	PRIME 3.3.B (NITEC), 3.3.D/4.2 (Programa Quadros) 4.1, 6 POEFDS
3.4	Aumento da flexibilidade, capacidade de resposta e da produtividade dos processos de concepção e produção	PRIME 1 (SIME), 3.1 (IDEIA), 3.3.A (SIME Inovação), 3.3.E (DEMTEC), 5.1.A (Transf. Tecnologia), 5.1.C (I&D da envolvente)
3.5	Desenvolvimento de novos materiais, componentes e subprodutos de enobrecimento	PRIME 3.1 (IDEIA), 3.3.A (SIME Inovação), 3.3.B (NITEC), 3.3.E (DEMTEC), 5.1.A (Transf. Tecnologia), 5.1.C (I&D da envolvente)
3.6	Promoção da eficiência energética na ITVC	PRIME 1 (SIME), 3.1 (IDEIA), 3.3.A (SIME Inovação), 3.3.B (NITEC), 3.3.E (DEMTEC), 5.1.A (Transf. Tecnologia), 5.1.C (I&D da envolvente)
3.7	Facilitar a criação de redes de cooperação estratégica	PRIME 3.3.C (PME Digital), 3.4. 6
3.8	Orientar a investigação fundamental para a ITVC	(PRIME 3.1 (IDEIA), 3.3.E (DEMTEC), 5.1.C (I&D da envolvente)
3.9	Desenvolvimento de acções de demonstração	PRIME 3.3.E (DEMTEC), 5.1.A (Transf. Tecnologia), 5.1.C (I&D da envolvente)
3.10	Promover a aproximação da ITVC a outros sectores estratégicos da economia portuguesa	PRIME 3.4, 6
3.11	Promover a excelência e a produção "ética" das ITVC portuguesas	Não aplicável.

Programa Dínamo

Anexos

Enquadramento legal

Ministério da Economia

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9311/2003 (2.ª série)

Diário da República II Série | Número 110 | Data **Terça-feira, 13 de Maio de 2003** | Páginas **7195 a 7196**

Os sectores têxtil, do vestuário e do calçado têm uma longa tradição na nossa estrutura industrial, sendo, no seu conjunto, responsáveis por cerca de 25% das exportações portuguesas e assumindo-se como o maior empregador nacional. Esta importância tem-se mantido nas últimas décadas, não obstante as significativas alterações entretanto ocorridas no quadro competitivo.

O aprofundamento daquelas transformações, conjugado com o anunciado alargamento da União Europeia a vários países da Europa Central e de Leste e com a liberalização em curso no seio da Organização Mundial do Comércio, terá implicações em larga escala nas estratégias empresariais, nas suas decisões de localização e investimento e nos fluxos comerciais. Este conjunto de mudanças estruturais tem vindo a conjugar-se, mais recentemente, com uma conjuntura económica particularmente difícil, que se traduz numa significativa retracção da procura e do investimento ao nível mundial.

Dada a importância que aquelas indústrias têm para a economia portuguesa, torna-se necessária uma acção concertada do Governo e dos agentes económicos tendo em vista potenciar os factores de competitividade daqueles sectores de actividade. Decidiu, por isso, o Governo, adoptar um projecto específico, o Projecto Dínamo – Dinamização da Moda, cujo objectivo primordial consiste em conceber e promover acções que contribuam para uma efectiva melhoria do desempenho competitivo das empresas dos sectores têxtil, vestuário e calçado da economia portuguesa, capazes de reposicionarem os referidos sectores na respectiva cadeia de valor.

Atendendo à importância e diversidade das acções que deverão dar concretização ao Projecto Dínamo, considera-se adequado estabelecer o quadro de acção a desenvolver e designar um responsável pela sua condução, pelo que se determina e seguinte:

1 - A primeira fase do Projecto Dínamo desenrolar-se-á num prazo de seis meses, culminando com a apresentação do conjunto de iniciativas que contribuam eficazmente para o reposicionamento estratégico dos sectores têxtil, vestuário e calçado no curto/médio prazo.

2 - A concretização do Projecto Dínamo deverá prosseguir os seguintes objectivos principais: No curto/médio prazo, a melhoria da posição competitiva das actuais actividades de produção, através do desenvolvimento de soluções de resposta rápida e da promoção de acções de consolidação e de cooperação interempresarial;

No médio/longo prazo, a criação de vantagens competitivas sustentadas, com a evolução para áreas de maior valor acrescentado e o desenvolvimento das competências que as possam suportar, através do incentivo ao investimento na criação e reconhecimento de marcas, no *design* e no retalho, fomentando também a formação, a investigação e o desenvolvimento.

3 - No final do prazo previsto no n.º 1 do presente despacho deverão ser propostas formas de acompanhamento das acções e iniciativas lançadas ou a lançar, com vista não só à sua monitorização, como a avaliações subsequentes dos resultados alcançados e dos impactes obtidos.

4 - É designado como responsável do Projecto Dínamo o Dr. Manuel Carlos Costa da Silva.

5 - O responsável do Projecto Dínamo exercerá a sua actividade sob coordenação do Ministro da Economia, em articulação com o encarregado de missão para o Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos, nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2003, de 20 de Fevereiro, Prof. Daniel Bessa, e ainda com as associações empresariais representativas dos sectores abrangidos.

6 - O enquadramento da actividade do responsável do Projecto Dínamo deverá ser objecto de contractualização entre este e o CEDINTEC, devendo as despesas decorrentes ser enquadradas no âmbito do sistema de financiamento do PRASD.

29 de Abril de 2003

O Ministro da Economia,

Carlos Manuel Tavares da Silva

**Síntese do Estudo de Avaliação dos Apoios aos Sectores
Têxtil, Vestuário e Calçado no período 1988-2003**

Introdução e metodologia

No âmbito da tarefa que coube à Equipa de Missão desenvolver com vista à apresentação de um plano estratégico de actuação e adopção de medidas de curto/médio prazo para o Programa Dínamo, considerou-se ser indispensável avaliar de forma estruturada quais os meios que foram disponibilizados para a melhoria do desempenho competitivo dos sectores Têxtil, Vestuário e Calçado e de que formas, com que objectivos e por que vias foram canalizados

De tal avaliação, é seguramente possível tirar ilações e ajudar a tomar opções quanto às prioridades futuras, consubstanciando de uma forma mais consistente as propostas de acção a prever no âmbito do Dínamo.

Assim, de forma sistematizada e uniforme avaliam-se os apoios de que os sectores TVC beneficiaram nos últimos quinze anos, 1988 – 2003, precisamente ao longo dos 3 Quadros Comunitários de Apoio existentes.

A análise feita incidiu sobre os dados relativos a projectos de empresas cuja Classificação de Actividade Económica (CAE) se reporta aos sectores referidos – CAE's 321 a 324 no período do 1º PEDIP (1988-1992) e CAE's 17 a 19 nos períodos subsequentes após a revisão da referida classificação.

Contudo, tal análise resultaria incompleta se não se incluíssem os apoios à envolvente empresarial destes sectores, ou seja, os apoios às suas entidades representativas quer do ponto de vista associativo, quer tecnológico, de formação e de qualidade.

Acresce ainda a esta avaliação o apoio a outras entidades sem fins lucrativos (estruturas associativas ou entidades tecnológicas) que, não sendo directamente representativas dos sectores objecto de estudo, foram promotoras ou parceiras de projectos especialmente dirigidos ao seu desenvolvimento e promoção.

Tendo em conta o elevado número de programas de apoio que existiram em Portugal desde o QCA I até ao momento presente, foram considerados para efeitos desta avaliação os programas co-financiados por fundos estruturais FEDER e FSE e os programas co-financiados por Linhas Orçamentais Específicas (LOE) que vigoraram desde 1988 e que maior significado e dimensão têm neste contexto. Reconhece-se no entanto a existência de outros programas que de forma mais indirecta podem ter tido impacto nestes sectores mas que do ponto de vista desta análise representam "franjas" pouco relevantes.

Constituíram pois objecto de estudo neste contexto os Programas PEDIP, PEDIP II, PEDIP Transição, IMIT, RETEX, PAIEP e POE.

Por outro lado, e uma vez que os dados a trabalhar se encontravam disponíveis em diferentes suportes e em ficheiros com diferentes formatações como era expectável, já que alguns deles reportam ao fim da década de 80, foi necessário estabelecer uma forma de abordagem que permitisse torná-los comparáveis e avaliar a sua evolução.

A opção tomada foi assim a de, em todos os programas, se partir da base dos projectos aprovados e dos respectivos valores de investimento e incentivo associado, sem ter em conta, por exemplo, as despesas elegíveis ou as contratações.

No caso específico do POE, foram considerados os projectos com decisão até final de Abril 2003, data em que se iniciou a pesquisa e compilação dos elementos com vista ao seu tratamento.

Para além de uma avaliação separada dos apoios aos sectores têxtil/vestuário e ao sector do calçado, apostou-se ainda numa análise segregada por tipologia de beneficiário, ou seja, uma análise programa a programa dos apoios às entidades da envolvente empresarial e dos apoios aos investimentos empresariais propriamente ditos.

Acresce ainda que no caso do PEDIP II, IMIT e POE foram identificados os projectos voluntaristas e de parcerias e iniciativas públicas pela relevância que tais acções têm no contexto da dinamização e promoção dos sectores a nível nacional e internacional, acções que terão agora a sua sequência lógica e diferentemente estruturada no âmbito do Dínamo.

Em cada programa optou-se ainda por fazer incidir a análise apenas nas medidas que de forma directa apoiaram as empresas ou as entidades da envolvente, não se incluindo outras medidas indirectas como, por exemplo, medidas de apoio aos instrumentos de engenharia financeira presentes nalguns dos programas.

Por uma questão de simplificação de apuramento de dados face aos ficheiros disponíveis os valores foram calculados em milhares de escudos para todos os programas que ocorreram até 1999 e em euros para o período 2000-2003, calculando-se na síntese final o contravalor em euros do somatório desses montantes a que acresceu posteriormente o valor apurado até Abril de 2003 no POE, resultando finalmente os totalizadores globais em euros.

Tendo em conta, no entanto, que os valores apresentados reportam a um período bastante longo é necessário relativizar o montante final apurado, e avaliar o total de apoios posto à disposição dos sectores objecto de estudo face aos valores disponibilizados à Indústria em geral pelo conjunto dos programas.

Tal facto torna-se tanto mais relevante quanto ao compararmos os orçamentos aprovados ou o total de compromissos assumidos por programas como o PEDIP (1988-1992), PEDIP II (1994-1999) ou POE (2000-2006) nos deparamos com valores que duplicaram ou triplicaram, como era expectável face à evolução do "custo" do investimento.

É por este facto que consideramos que, mais do que apresentar os valores totais apurados resultante da soma aritmética dos valores parcelares, que serão vertidos nesta síntese, é importante avaliar os resultados "de per si" de cada um dos períodos referidos e aplicar-lhes um deflactor que traduza a correcção resultante da inflação média em cada período.

Avaliação dos apoios por sector, programa e tipo de beneficiário

Nos quadros resumo que se seguem apresentam-se os valores globais de número de projectos, investimento e incentivo associado em cada um dos programas objecto de análise e agrupados nos dois sectores em estudo – têxteis/vestuário e calçado.

Nos dois primeiros quadros manteve-se ainda a contabilização dos dados tal como feita ao longo do relatório, ou seja em contos até final do II QCA com total de contravalores em euros a que acresceu os montantes em euros do III QCA.

Tendo em conta, como já referido, a necessidade de avaliar com maior precisão os montantes reais de apoio face ao longo período a que eles se reportam, apuraram-se em cada período os correspondentes valores corrigidos a preços de 2003 utilizando o deflactor IPC. Para efeitos de cálculo pressupôs-se uma distribuição uniforme dos apoios por anos em cada um dos três períodos objecto de análise e utilizou-se uma taxa de inflação média para cada um desses períodos.

Optou-se assim, por se apresentar apenas nos quadros globais uma nova linha/coluna com os valores corrigidos após aplicação dos deflactores.

No quadro 3 e para uma melhor apreciação e comparação dos 3 períodos em análise já referidos todos os dados são apresentados em euros.

Da análise do primeiro quadro é possível constatar que foram canalizados para os sectores têxtil, vestuário e calçado, durante os últimos quinze anos, perto de 1.800 milhões de euros de incentivo (cerca de 360 milhões de contos) que permitiram a realização de avultados investimentos que ultrapassaram os 5.000 milhões de euros (1.000 milhões de contos), valores obtidos após aplicação dos factores correctivos com o deflactor IPC nos três períodos.

Quadro 1 Projectos aprovados por programa e por sector

Programas	Sectores			Têxteis e Vestuário			Calçado			Total		
	N.º	Investimento	Incentivo	N.º	Investimento	Incentivo	N.º	Investimento	Incentivo	N.º	Investimento	Incentivo
PEDIP (1988-1992)	1 265	139 368 896	36 851 904	179	11 391 055	4 125 449	1 444	150 759 951	40 977 353			
PEDIP II (1994-1999)	346	92 864 255	31 802 548	235	43 565 413	15 440 118	581	136 429 668	47 242 666			
PEDIP Transição (1999-2000)	21	3 455 596	1 105 247	–	–	–	21	3 455 596	1 105 247			
IMIT (1995-1999)	1 155	265 664 821	115 747 283	–	–	–	1 155	265 664 821	115 747 283			
Form. Profissional IMIT (med. 5.68 PEDIP II)	–	6 696 568	4 471 266	–	–	–	–	6 696 568	4 471 266			
RETEX ¹ (1994-1999)	938	46 860 907	15 690 113	407	18 963 103	8 473 357	1 345	65 824 010	24 163 470			
PAIEP (1994-1999)	56	4 106 424	1 563 560	5	133 137	45 242	61	4 239 561	1 608 802			
Subtotal	3 781	559 017 467	207 231 921	826	74 052 708	28 084 166	4 607	633 070 175	235 316 087			
Contravalor em euros		2 788 367 369	1 033 668 464		369 373 350	140 083 229		3 157 740 719	1 173 751 693			
POE	343	436 319 933	152 204 897	70	119 049 760	58 896 942	413	555 369 693	211 101 839			
TOTAL (euros)	4 124	3 224 687 302	1 185 873 361	896	488 423 110	198 980 171	5 020	3 713 110 412	1 384 853 532			
TOTAL corrigido (milhares de euros)	4 124	4 429 211	1 579 102	896	627 641	252 151	5 020	5 056 853	1 831 253			

¹Não inclui projectos do Comércio

Releva-se o facto de 86% do incentivo total apurado representar apoios ao sector têxtil/vestuário, que, por si só, viu aprovados mais de 4.100 projectos envolvendo investimentos superiores a 4 400 milhões de euros (880 milhões de contos), a preços de 2003.

A esta situação não é estranho o facto de, ao longo deste período, terem sido concedidas a Portugal verbas específicas para a modernização acelerada do sector, sendo o IMIT – Iniciativa para a Modernização da Indústria Têxtil o exemplo mais significativo.

Tratou-se de um programa financiado por uma Linha Orçamental Específica negociada por Portugal junto da Comissão Europeia e que entre 1995 e 1999 contribuiu com apoios à data da ordem dos 115 milhões de contos (48% do global do incentivo) permitindo alavancar nesse período investimentos superiores a 260 milhões de contos.

Tendo em conta ainda que o IMIT acabou por complementar neste sector os apoios iniciados no PEDIP II verifica-se que em conjunto os dois programas foram responsáveis pelo maior volume de apoio ao sector têxtil verificado no âmbito do período de 15 anos objecto de estudo. Por outro lado e de forma não dispicienda, o programa RETEX que ocorreu concomitantemente com o PEDIP II e o IMIT contribuiu também significativamente para os apoios neste sector.

Em termos globais, é de relevar ainda o significativo apoio concedido a entidades da envolvente empresarial, quer associativas quer tecnológicas que representam cerca de 10% do total dos projectos e 13% do incentivo global, como se observa no quadro 2, sendo curioso assinalar que o maior número destes projectos se concentrou no programa RETEX, com destaque para o sector do calçado como foi possível deduzir na análise em detalhe feita programa a programa.

Ainda de realçar que no primeiro PEDIP os elevados valores de investimento e incentivo associados aos projectos da envolvente incluem a criação de infraestruturas tecnológicas entre as quais se destaca a criação e arranque dos centros tecnológicos CITEVE e CTC, que em conjunto representaram mais de 4,5 milhões de contos de incentivo.

Quadro 2 Quadro síntese global de apoio aos sectores têxtil, vestuário e calçado no período 1988-2003

Projectos aprovados por tipo de beneficiário

Programas	Estruturas associativas e tecnológicas			Empresas			Total		
	N.º	Investimento	Incentivo	N.º	Investimento	Incentivo	N.º	Investimento	Incentivo
PEDIP (1988-1992)	108	8 782 866	6 644 207	1 336	141 977 085	34 333 146	1 444	150 759 951	40 977 353
PEDIP II (1994-1999)	31	7 297 128	4 345 428	550	129 132 540	42 897 238	581	136 429 668	47 242 666
PEDIP Transição (1999-2000)	–	–	–	21	3 455 596	1 105 247	21	3 455 596	1 105 247
IMIT (1995-1999)	28	7 900 779	7 664 737	1 127	257 764 042	108 082 546	1 155	265 664 821	115 747 283
Form. Profissional IMIT	–	–	–	(187) ²	6 696 568	4 471 266	187 ²	6 696 568	4 471 266
RETEX (1994-1999)	264	10 933 845	5 406 286	1 100 ¹	55 961 556	19 001 698	1 364 ¹	66 895 401	24 407 984
PAIEP (1994-1999)	7	957 679	763 206	54	3 281 882	845 596	61	4 239 561	1 608 802
Total (contos)	438	35 872 297	24 823 864	4 188	598 269 269	210 736 737	4 626	634 141 566	235 560 601 1
Contravalor em euros		178 930 263	123 820 911		2 984 154 532	1 051 150 413		3 163 084 795	174 971 324
POE (2000-2003)	48	83 893 229	57 545 171	365	471 476 464	153 556 668	413	555 369 693	211 101 839
TOTAL (euros)	486	262 823 492	181 366 082	4 553	3 455 630 996	1 204 707 081	5 039 ¹	3 718 454 488	1 386 073 163
TOTAL corrigido (euros)	486	343 879 466	239 427 601	4 553	4 719 614 308	1 593 340 817	5 039	5 063 493 774	1 832 768 418

¹ Inclui empresas com CAE do sector do comércio dos sectores objecto de estudo

² Este n.º não é contabilizado uma vez que corresponde aos projectos aprovados e contabilizados no IMIT

Já no caso do POE, o número de projectos da envolvente associado a um elevado valor relativo de investimento e incentivo reportam-se essencialmente a projectos de parcerias – que representam por si só 63,6 milhões de euros de investimento – tendo em vista em conjunto com a Administração actuar em áreas estratégicas que constituem até ao momento falhas de mercado ou de sistema. Destacam-se neste ponto, pela sua importância, os projectos de dinamização da internacionalização especialmente fortes no sector do calçado.

Olhando agora para os 3 blocos temporais referidos anteriormente, torna-se evidente a enorme concentração de apoios verificada no período correspondente ao QCA II, tanto em termos globais como em cada um dos sectores, bem patente no quadro e gráficos apresentados.

Há que ter em conta no entanto que no QCA III os dados ainda se referem apenas à 1ª metade do seu período de vigência.

Quadro 3 Apoios aos sectores dos têxteis, vestuário e calçado por Quadro Comunitário de Apoio

Apoios aos sectores dos têxteis, vestuário e calçado mil euros				Valores corrigidos a preços de 2003 mil euros	
	N.º projectos	Investimento	Incentivo	Investimento	Incentivo
QCA I (1988-1992)	Têxteis e Vestuário	1 265	695 169	1 358 265	359 153
	Calçado	179	56 818	111 015	40 205
	Subtotal	1 444	751 987	1 469 280	399 358
QCA II (1994-1999)	Têxteis e Vestuário	2 516	2 093 198	2 600 820	1 055 951
	Calçado	647	312 555	388 353	148 486
	Subtotal	3 163	2 405 753	2 989 173	1 204 437
QCA III (2000-Abril 2003)	Têxteis e Vestuário	343	436 320	470 126	163 998
	Calçado	70	119 050	128 274	63 460
	Subtotal	413	555 370	598 400	227 458
QCA I + QCA II + QCA III	Têxteis e Vestuário	4 124	3 224 687	4 429 211	1 579 102
	Calçado	896	488 423	627 641	252 151
	TOTAL	5 020	3 713 110	5 056 852	1 831 253

Programas incluídos: QCA I - PEDIP; QCA II - PEDIP II, PEDIP - Transição, IMIT, RETEX e PAIEP; QCA III - POE ¹

¹ à data desta avaliação e da compilação de todos os elementos, o PRIME encontrava-se ainda em fase de aprovação

Não será de mais relembrar ainda o papel crucial que o IMIT teve no âmbito do QCA II para o sector têxtil e vestuário representando só nesse período 50% dos projectos apoiados e 71% do incentivo concedido.

É interessante ainda verificar que, embora o peso do sector têxtil/vestuário seja muito significativo em todas as dimensões de avaliação e represente mais de 86% do total dos incentivos concedidos, o maior salto relativo dos períodos em análise verifica-se no sector do calçado.

Quadro 4 Sector têxtil e vestuário (período 1988-2003) mil euros

	N.º entidades diferenciadas	N.º Projectos	Investimento ¹	Incentivo ¹
Entidade do sector TV	15	142	94 579	70 247
Outras entidades associativas e públicas com projectos dirigidos ao sector TV	14	100	66 458	45 476
TOTAL	29	242	161 037	115 723

¹ valores sem correcção do deflactor

Quadro 5 Sector calçado (período 1988-2003) mil euros

	N.º entidades diferenciadas	N.º Projectos	Investimento ²	Incentivo ¹
Entidade do sector do calçado	3 ¹	201	100 751	64 365
Outras entidades associativas e públicas com projectos dirigidos ao sector do calçado	4	37	7 506	4 542
TOTAL	7	238	108 257	68 907

¹ inclui um sindicato com 1 projecto no QCA II, sendo as outras entidades a APICCAPS e o CTC

² valores sem correcção do deflactor

Repare-se que neste sector o nº de projectos no QCA II é 3,6 vezes superior aos do QCA I, o investimento é 3,5 vezes superior e o incentivo atinge o quádruplo do valor do primeiro.

Em termos de investimento e incentivo, é também no sector do calçado que se verifica no QCA III uma tendência para atingir ou ultrapassar os níveis de valores do período anterior, situação que no sector têxtil e vestuário já parece longe de ser alcançada.

Decorrente das análises feitas ao longo do estudo de avaliação programa a programa há ainda que salientar uma tendência significativa para a procura de diferentes tipologias de apoios no sector do calçado face ao sector têxtil.

Tal situação é detalhada e torna-se evidente no estudo, uma vez que os elementos foram apurados e apresentados medida a medida em cada programa identificando em cada caso os objectivos e tipologia de projectos enquadrável em cada um deles.

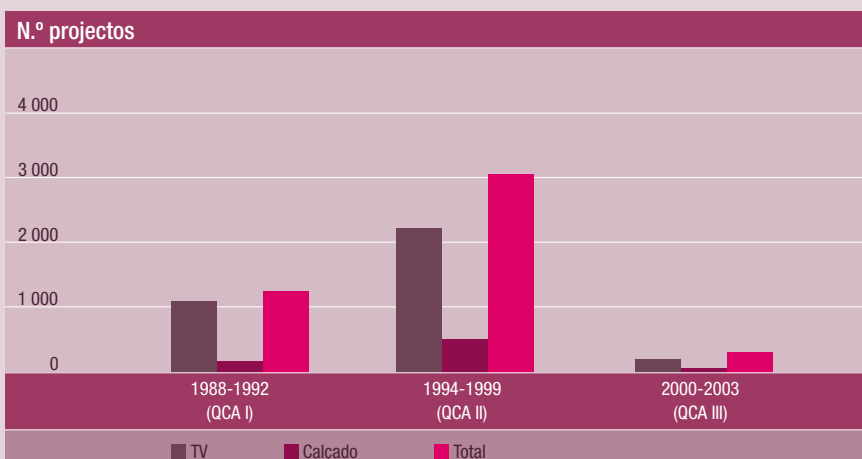
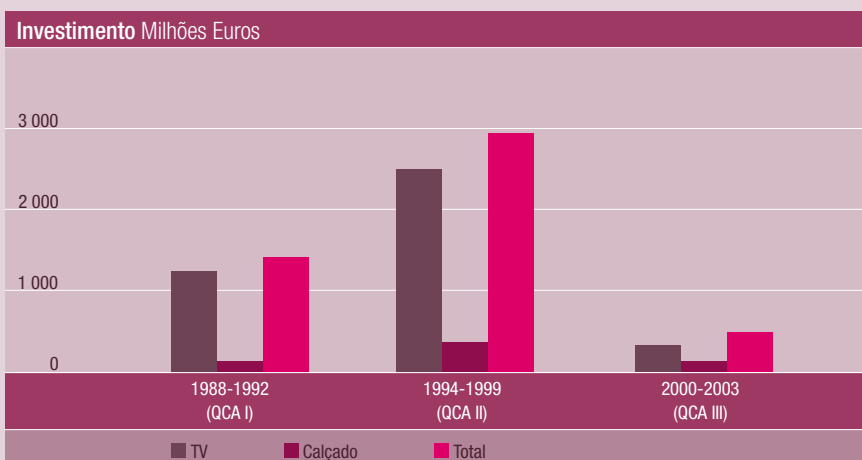
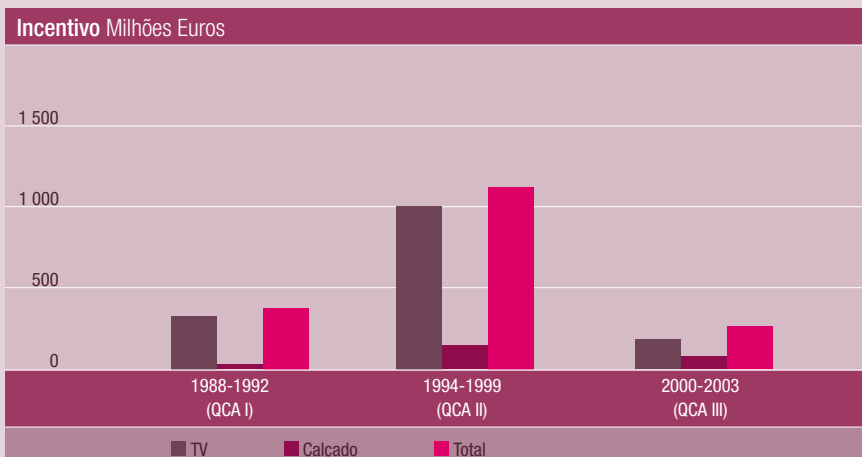
Da análise crítica desses elementos, concluiu-se que desde o primeiro PEDIP que se observa no sector do calçado uma procura preferencial a apoios para investimentos não produtivos, projectos de I&D e acções de demonstração, bem como *marketing* internacional ou acesso a mercados. Esta tendência, revelada tanto pelo lado empresarial como pelas suas entidades representativas, denota uma dinâmica diferenciada neste sector face ao têxtil/vestuário, o qual ao longo dos vários programas de apoio, utilizou de forma muito acentuada todos os instrumentos de apoio mais directamente dirigidos aos investimentos produtivos no caso das empresas e ao reforço do funcionamento da actividade no caso das entidades associativas.

A aposta do têxtil/vestuário na imagem e/ou promoção internacional encontra-se ao longo dos programas num segundo plano, não tendo constituído prioridade na maioria dos projectos apresentados e iniciativas dinamizadas, nos três períodos apreciados.

Aliada a esta situação, observou-se ao longo de todos estes anos no sector têxtil/vestuário uma enorme proliferação de apoios a um alargado leque de entidades associativas, sem que isso se tenha traduzido numa verdadeira conjugação de esforços para atingir objectivos comuns de melhoria do desempenho competitivo do sector.

Esta situação é bem patente quando se comparam os apoios programa a programa e em termos globais ao conjunto de entidades associativas e tecnológicas no caso do sector têxtil/vestuário e no caso do sector do calçado.

Para além do elevado número de entidades associativas e tecnológicas apoiadas do sector TV num total de 15 (e responsáveis por 142 projectos), pode-se verificar que mais 14 entidades associativas e tecnológicas de natureza regional ou nacional têm dinamizado acções dirigidas ao sector têxtil (num



total de 100 projectos), numa clara dispersão de esforços e meios, tanto humanos como financeiros. Será de realçar ainda que a vertente de promoção internacional e dinamização do acesso a mercados é neste caso dominada por entidades associativas não sectoriais de âmbito nacional ou regional, traduzindo-se tal facto em promoção de iniciativas sectoriais e subsectoriais dissociadas das estratégias que reforçam a competitividade global do têxtil/vestuário.

Esta situação contrasta claramente com a do sector do calçado onde a concentração de cerca de duas centenas de iniciativas na APICCAPS e CTC permitiram responder a objectivos estratégicos do sector e de interesse para a generalidade das empresas que o constituem.

Esta referência apresentada aqui de forma genérica está consubstanciada no estudo que inclui de forma detalhada a identificação de cada entidade e respectivos projectos aprovados no âmbito de cada medida/programa, tendo-se inclusive identificado de forma individualizada a intervenção projecto a projecto no caso relevante das acções voluntaristas do PEDIP II e IMIT e das parcerias e iniciativas públicas do POE.

Assim, e pese embora o enorme esforço de um conjunto significativo de empresas têxteis que apostaram na sua modernização, considera-se que a inexistência de um verdadeiro e estratégico esforço colectivo será responsável pela situação de menor competitividade do sector têxtil e vestuário, e deverá ser seguramente um elemento determinante a ter em conta em qualquer proposta de actuação no curto/médio prazo.

Por último, é necessário reconhecer que os números globais apresentados embora já por si expressivos não terão, no entanto, uma leitura completa se não forem comparados com o total dos apoios aprovados ao sector industrial no período 1988-2003.

Apurados esses valores nos vários programas referidos e comparando com os orçamentos/compromissos totais na indústria, concluiu-se que os incentivos ao sector têxtil e vestuário representaram cerca de 19% do total dos apoios, valor que atinge os 22% quando se considera também o sector do calçado.

No caso dos têxteis e vestuário, os valores mais expressivos ocorrem como já referido no período do II Quadro Comunitário de Apoio com 23% do total dos apoios à indústria nesse período.

Em conclusão, é nosso entendimento que os elementos apurados e as conclusões que se extraíram do estudo elaborado, permitem dar mais consistência às opções propostas no quadro do Programa Dinamo e da escolha das acções incluídas nos 3 eixos que o compõem.

Síntese de estatísticas

Os dados que aqui se apresentam pretendem retratar de uma forma sintética a evolução recente e a situação actual da indústria têxtil, do vestuário e do calçado (ITVC). Este anexo é o resultado de uma síntese da análise realizada no âmbito do Programa Dínamo.

Para uma boa parte das análises apresentadas optou-se pela base de dados STAN elaborada pela OCDE. Esta fonte permite realizar facilmente comparações internacionais, já que os dados são apresentados de uma forma directamente comparável entre os países. Por outro lado, esta base tem uma limitação relacionada com a actualização dos dados, uma vez que recorre às contas nacionais dos diversos países e que, na generalidade, reportam a 1999.

Para uma análise que inclui dados posteriores a 1999, consultar o documento “Economic and Competitiveness Analysis of the European Textile and Clothing Sector”, publicado pela Comissão Europeia já depois de concluídos os trabalhos de preparação deste programa.

Enquadramento

Ao contrário da imagem que por vezes se faz passar, a ITVC não é uma actividade só apropriada para países pouco desenvolvidos. Na lista dos 15 maiores exportadores mundiais, sete pertencem à UE, destacando-se igualmente os Estados Unidos da América no quarto posto.

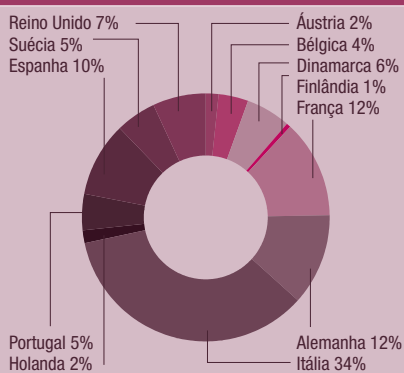
Estas indústrias assumem uma importância muito significativa para Portugal e, em especial, para a região norte do país, já que, em conjunto, representam aproximadamente 50% da totalidade das exportações desta região. Ainda assim, a indústria TVC portuguesa representa uma quota bastante reduzida no contexto da UE.

Principais exportadores de TVC - 2000 Valor

China	1°
Hong Kong	2°
Itália	3°
EUA	4°
Alemanha	5°
Índia	6°
Turquia	7°
Indonésia	8°
França	9°
Coreia do Sul	10°
Bélgica	11°
Reino Unido	12°
Tailândia	13°
Portugal	14°
Espanha	15°

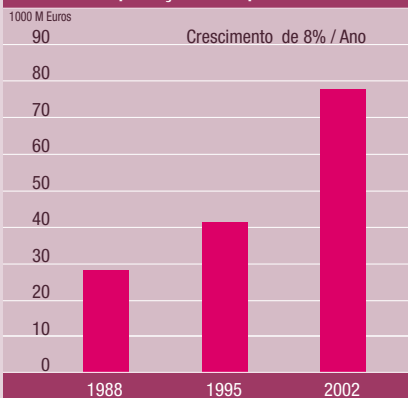
Fonte UN - COMTRADE

Produção de TVC por país na Europa 1999 Valor



Fontes OCDE/STAN

Total das importações europeias de TVC



Fonte Eurostat

A indústria Têxtil, Vestuário e Calçado (TVC) em Portugal

	Têxtil	Vestuário	Calçado	TVC
Empresas	3 043	6 697	1 870	11 610
Emprego	96 921	128 459	55 193	280 573
Volume Negócios M Euros	4 454	3 509	2 087	10 050
Exportações M.Euros	1 887	2 816	1 563	6 266

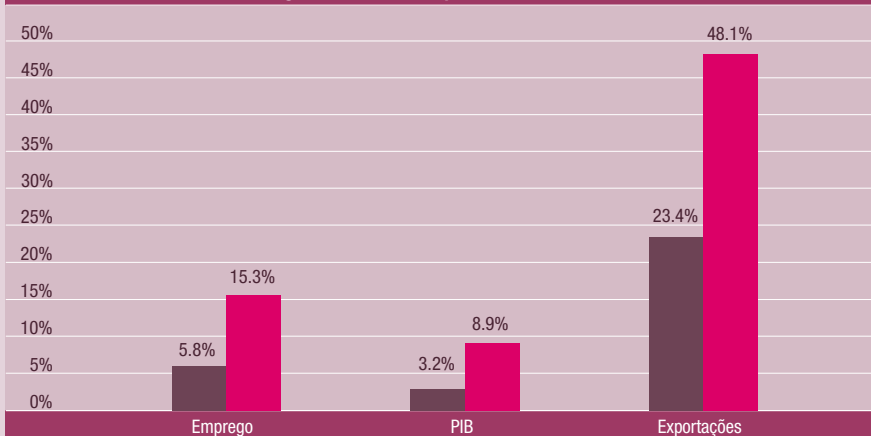
Fontes INE Estatísticas das Empresas 2000 / INE Comércio Externo 2002

Peso do sector TVC 2001

	Emprego	PIB	Exportações
União Europeia	1.16%	0.7%	5.8%
Espanha	1.87%	1.1%	6.2%
Itália	2.57%	2.1%	13.8%
Portugal	5.75%	3.2%	23.4%
Norte	15.3%	8.9%	48.1%

Fontes Análise BCG / Eurostat / INE Anuários Estatísticos

Peso do sector TVC em Portugal e no norte do país



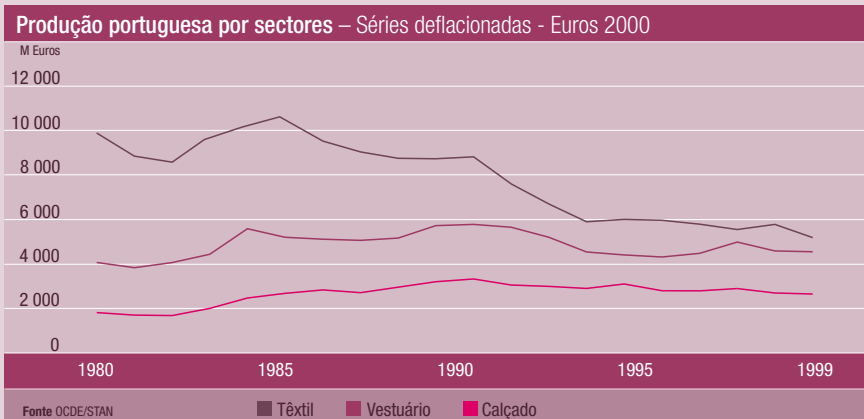
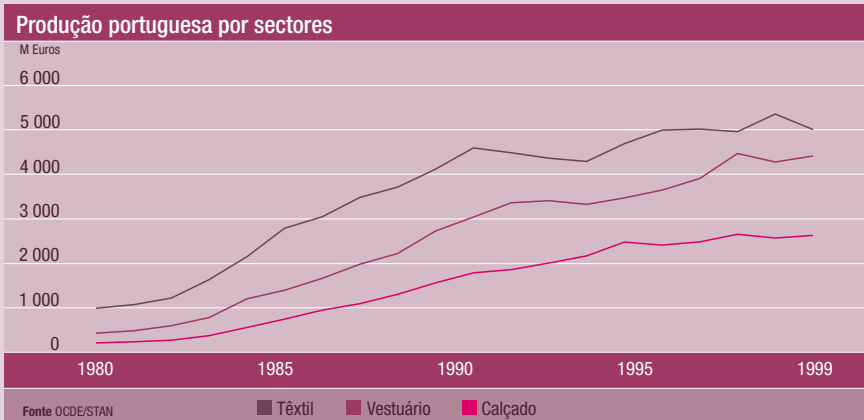
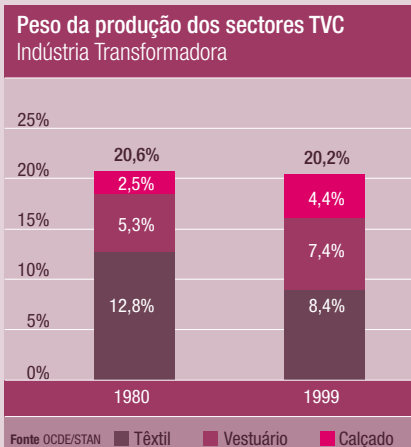
Fontes INE Anuários Estatístico da Região Norte (2001) / INE Anuários Estatístico de Portugal (2001)

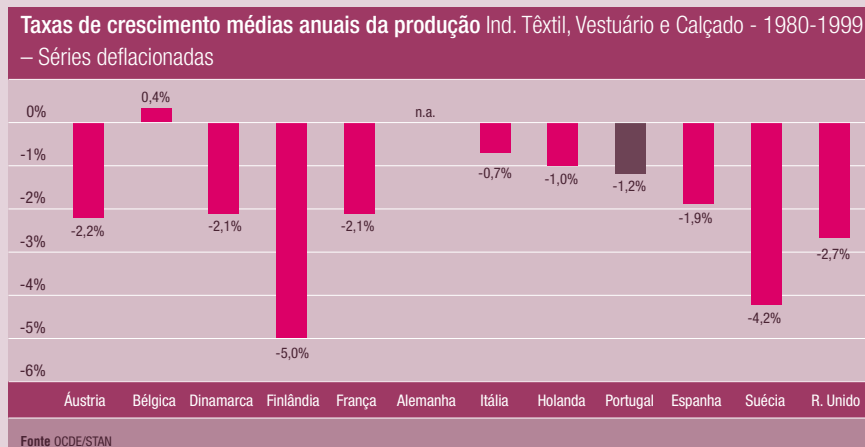
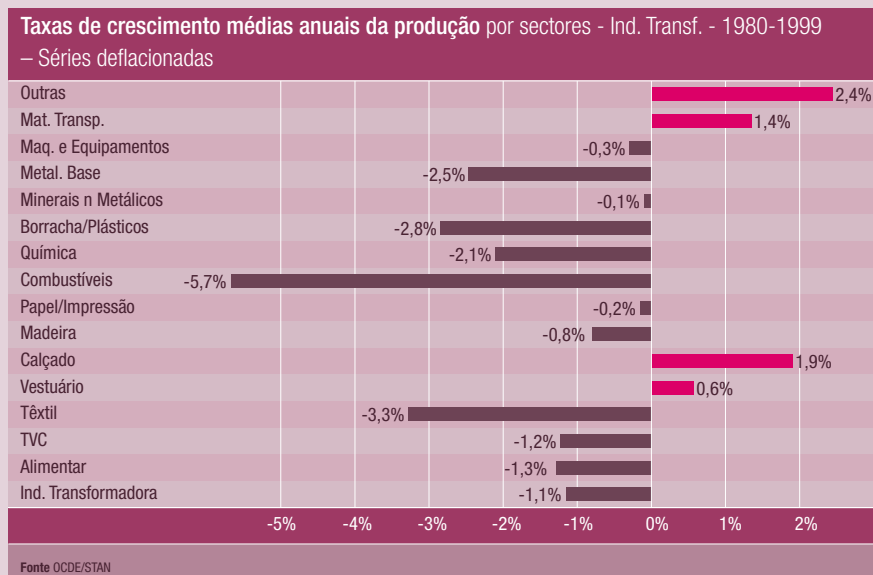
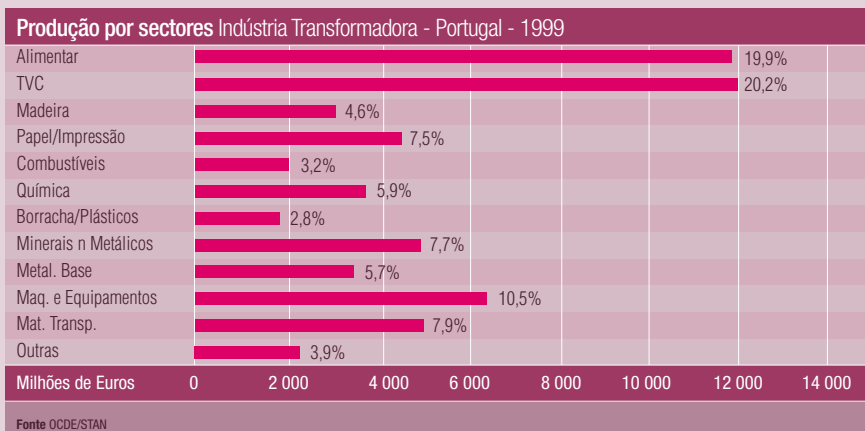
■ Portugal ■ Norte

Produção

Nos últimos vinte anos, a ITVC manteve praticamente inalterado o seu peso na produção industrial portuguesa. De facto, a ligeira quebra de 1,2%, em média anual, para o período 1980-1999, verificada nestas indústrias é praticamente idêntica à evolução do conjunto da indústria transformadora.

Relevante, neste contexto, é o facto de a indústria de vestuário e a de calçado pertencerem ao restrito grupo dos sectores que apresentam registos positivos.

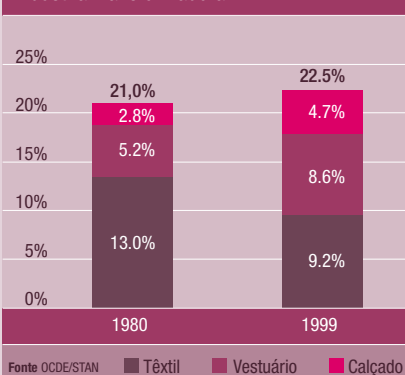




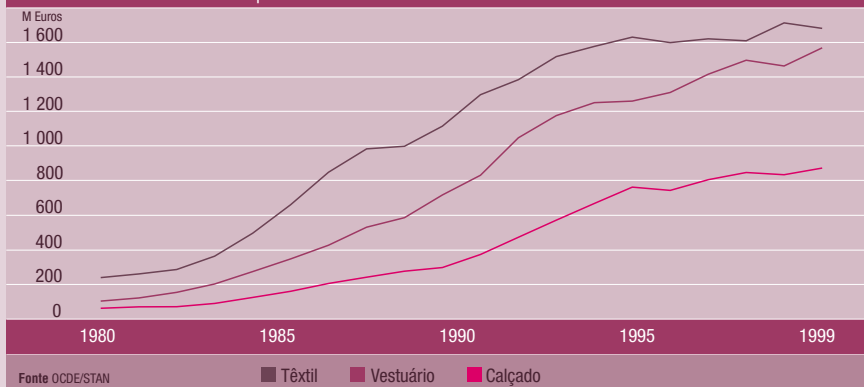
VAB

Já em termos de VAB, e portanto de contributo para o PIB português, os últimos anos assistiram a um reforço, ainda que ligeiro, da importância da ITVC. Nesta variável, a ITVC regista um crescimento de 0.8% ao ano contra os 0.4% do conjunto da indústria transformadora. Assinale-se que Portugal é, nestes vinte anos, o único estado membro da UE em que o VAB destas indústrias apresentou um crescimento positivo.

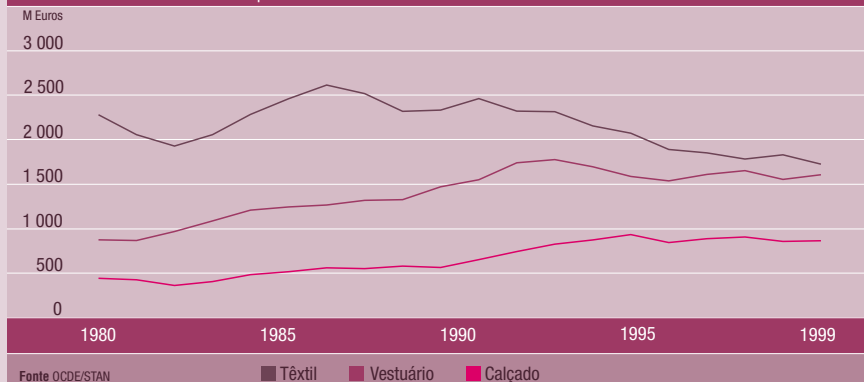
Peso do VAB dos sectores TVC Indústria Transformadora

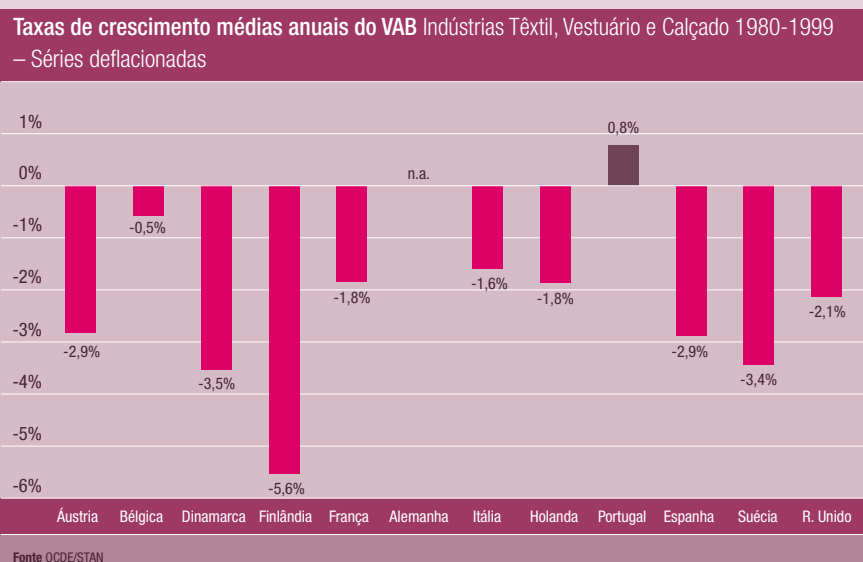
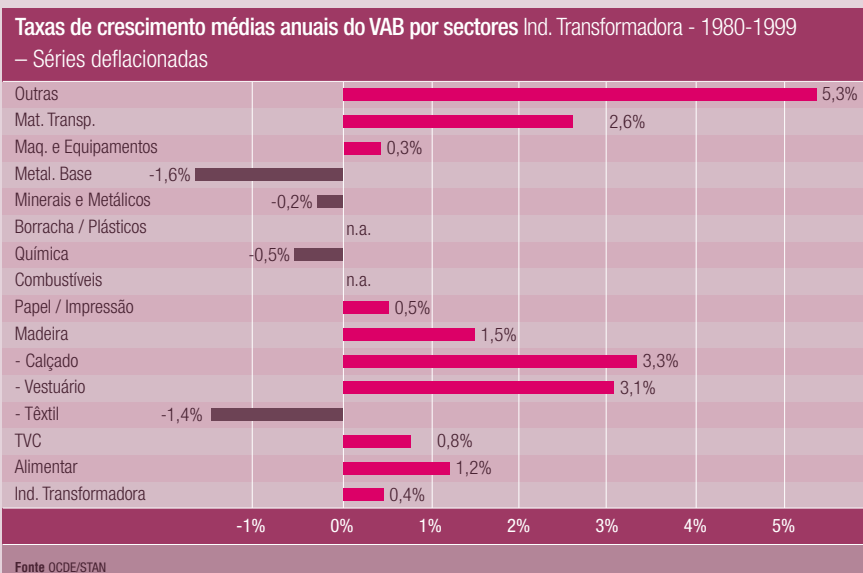
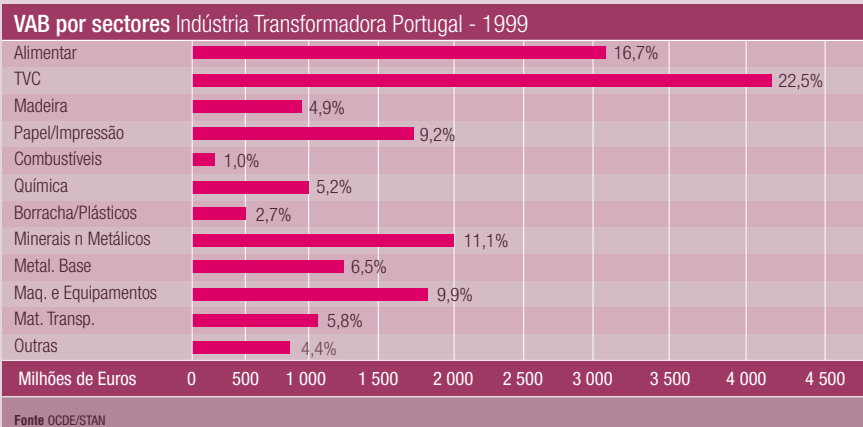


Valor Acrescentado Bruto por sectores



Valor Acrescentado Bruto por sectores – Séries deflacionadas - Euros 2000

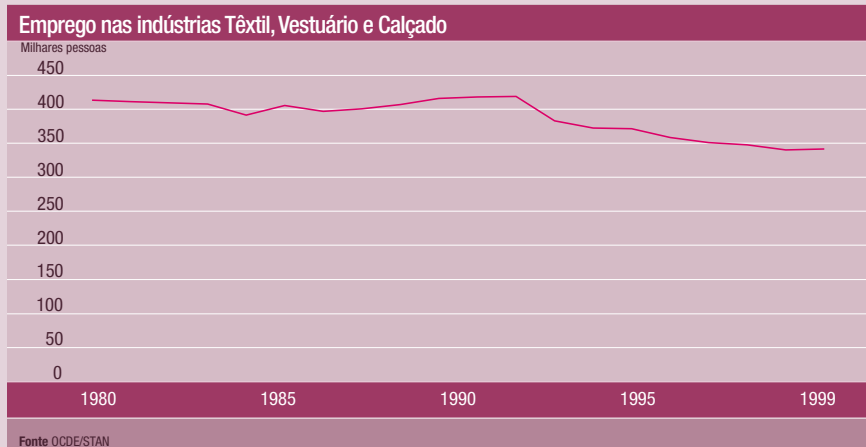
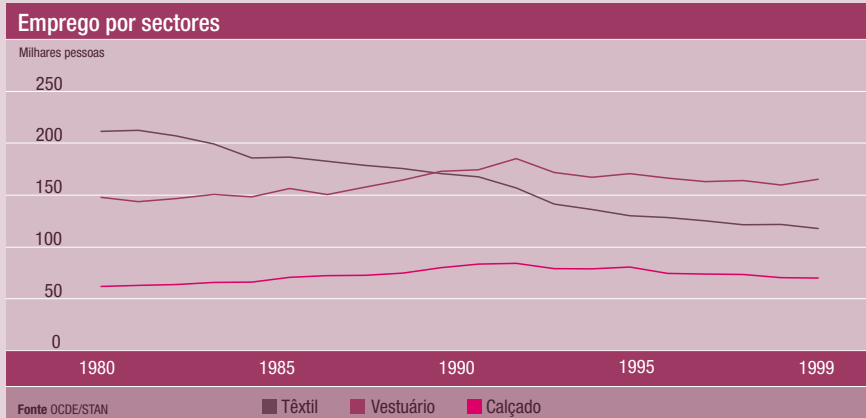
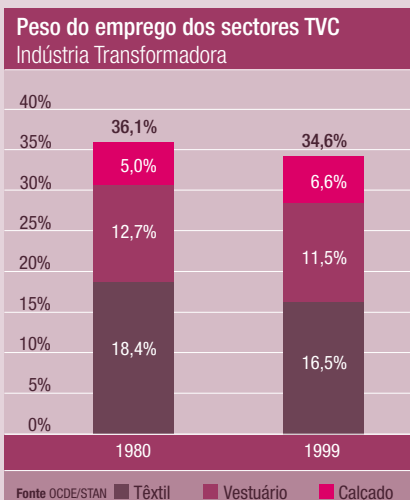




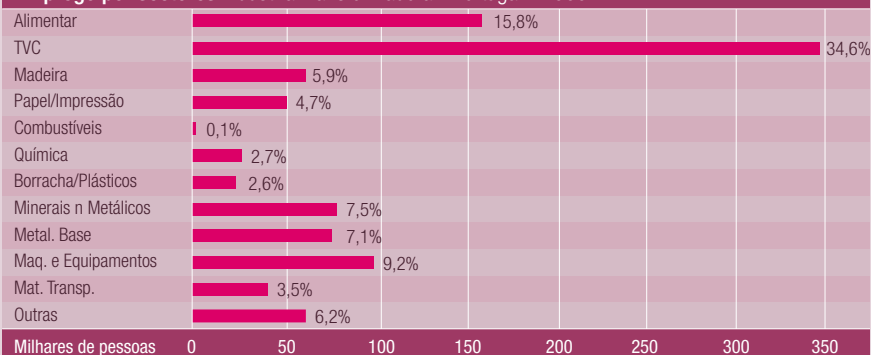
Emprego

Ao nível do Emprego, a importância da ITVC é clara e inequívoca, assumindo cerca de um terço (1/3) do emprego total da indústria transformadora. O vestuário e o calçado assumem-se, aliás, a nível nacional, como os únicos sectores que, nos últimos vinte anos, averbaram crescimentos do volume de emprego.

Nota-se também que a quebra de 1% ao ano a nível da ITVC agregada acompanha o desempenho igualmente negativo verificado à escala europeia, com a particularidade de em todos os restantes países a quebra do emprego ter sido superior.

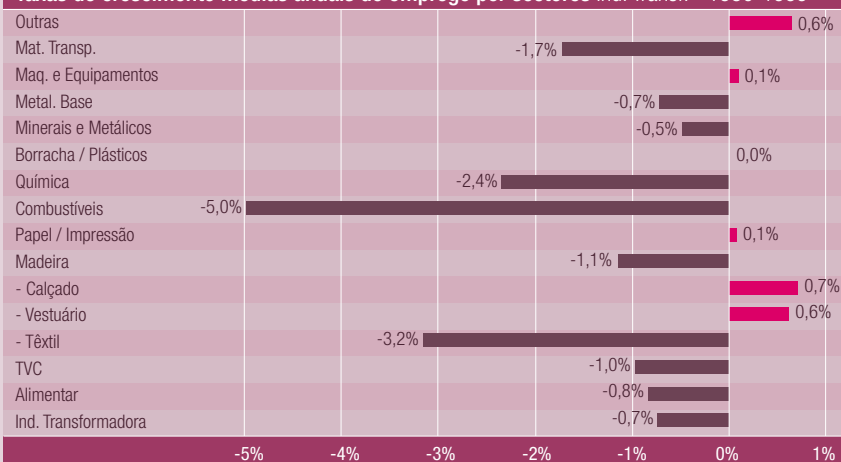


Emprego por sectores Indústria Transformadora - Portugal - 1999



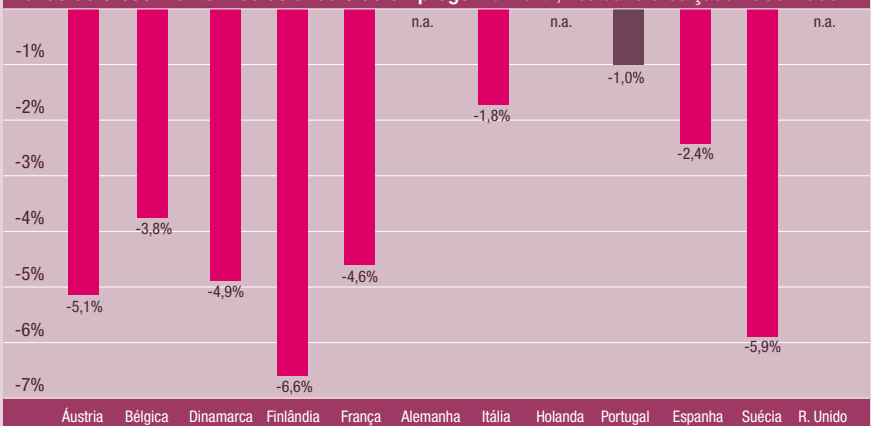
Fonte OCDE/STAN

Taxas de crescimento médias anuais do emprego por sectores Ind. Transf. - 1980-1999



Fonte OCDE/STAN

Taxas de crescimento médias anuais do emprego Ind. Têxtil, Vestuário e Calçado 1980-1999

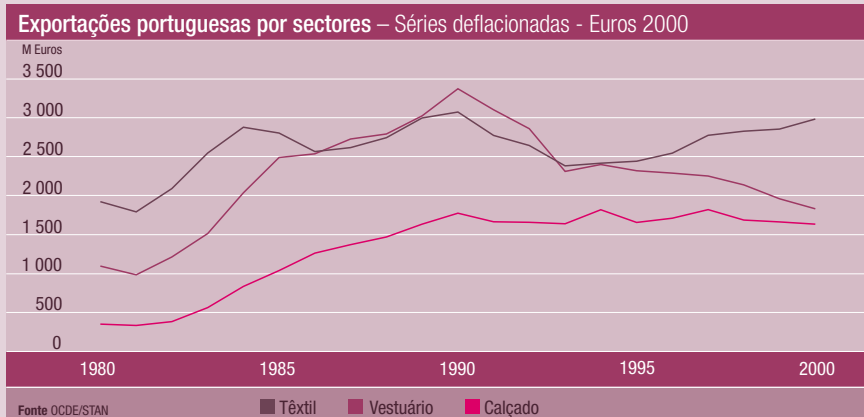
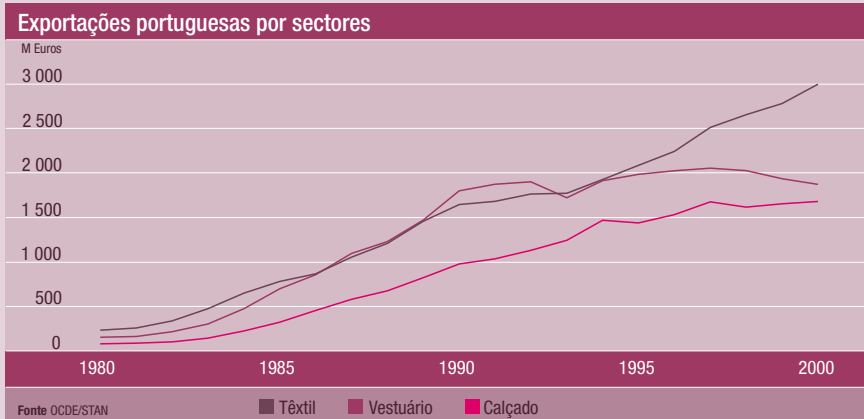
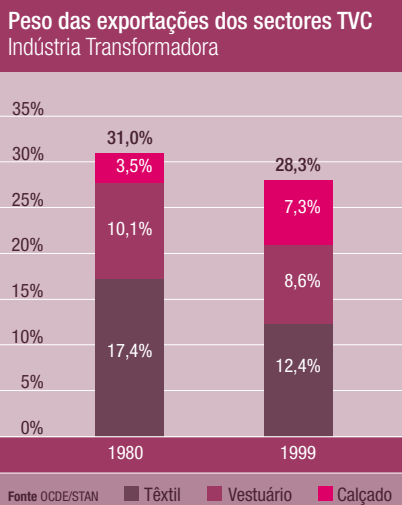


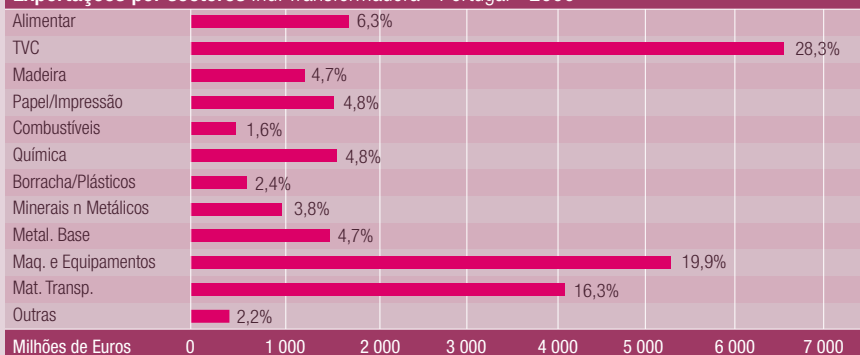
Fonte OCDE/STAN

Exportações

A ITVC continua a ser determinante no contexto do comércio externo português, sendo a indústria com maior peso em termos das exportações nacionais.

Em termos de comparação internacional, apesar de alguns, raros, exemplos em sentido contrário, a generalidade dos países obtêm *performances* menos conseguidas. Quase todos os países têm registos mais interessantes ao nível das exportações do que da produção, reflexo do acentuar do processo de deslocalização.

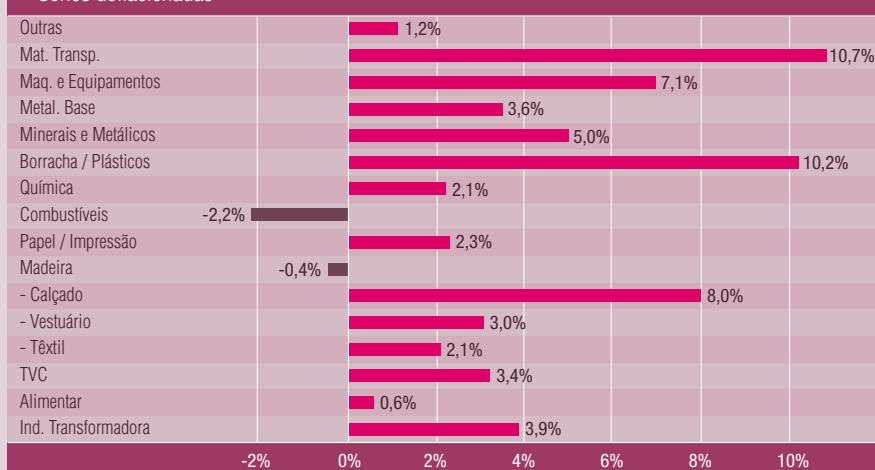


Exportações por sectores Ind. Transformadora - Portugal - 2000

Fonte OCDE/STAN

Taxas de crescimento médias anuais das exportações por sectores Ind. Transf. - 1980-1999

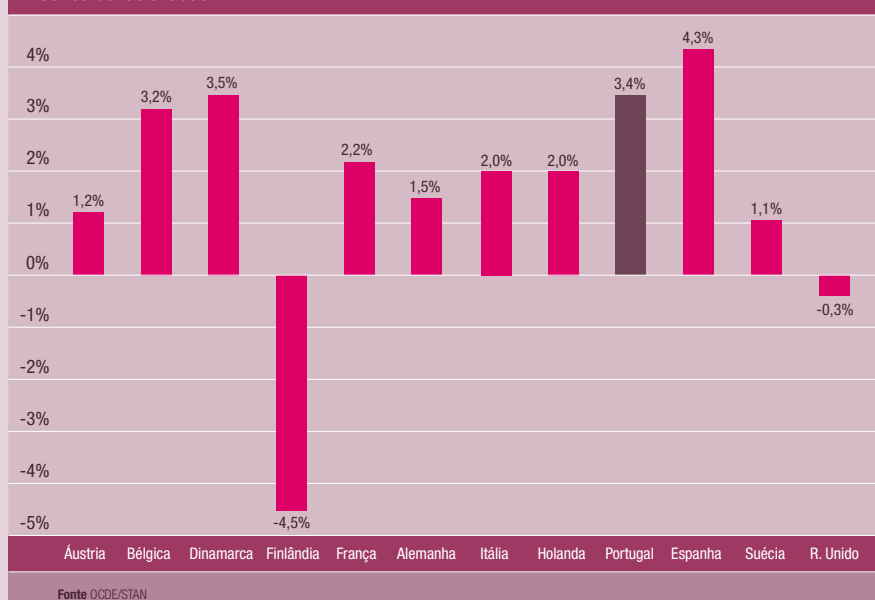
– Séries deflacionadas



Fonte OCDE/STAN

Taxas de crescimento médias anuais das exportações Ind. Têxtil, Vestuário e Calçado 1980-1999

– Séries deflacionadas

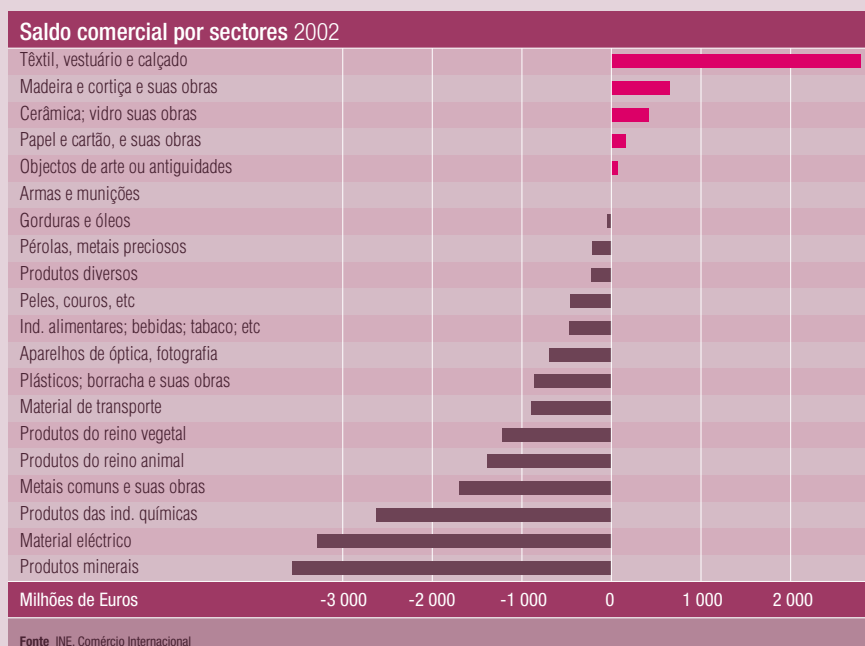


Fonte OCDE/STAN

Saldo comercial

O valor do saldo comercial assumido pela ITVC no contexto da balança comercial portuguesa, para além de ser o mais positivo, representa mais do dobro da soma de todos os outros saldos positivos.

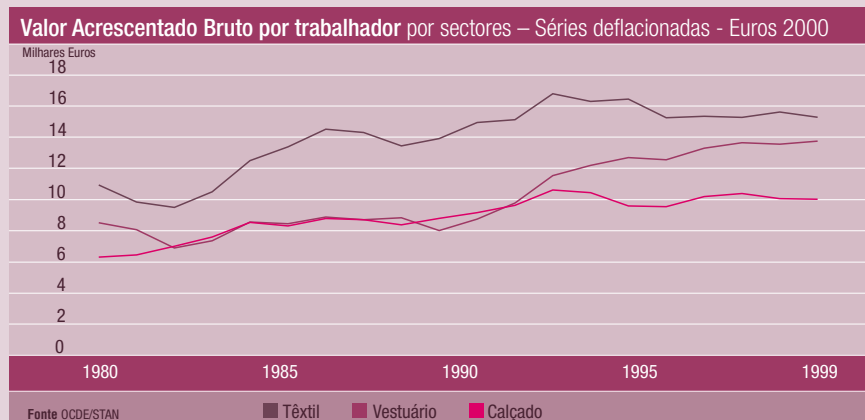
De notar que a ITVC é o maior sector da industria transformadora qualquer que seja a variável utilizada para comparação (Produção, VAB, Emprego ou Exportações).



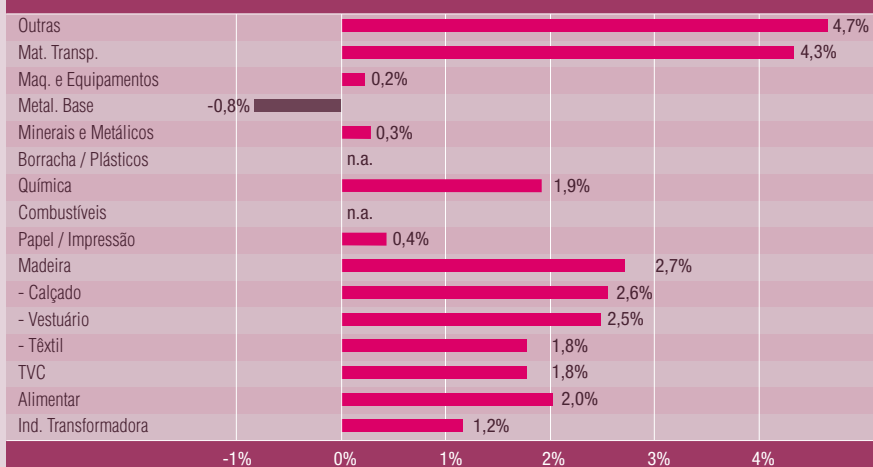
Produtividade

A produtividade da ITVC, medida pelo VAB por trabalhador, tem registado um crescimento médio nas últimas duas décadas, de 1.8% ao ano, valor que pode ser comparado com os 1.2% da indústria transformadora como um todo.

É de registar que o crescimento da produtividade da indústria portuguesa supera o da Itália e o de Espanha, países que se perfilam como os concorrentes mais directos nos mercados onde Portugal actua.

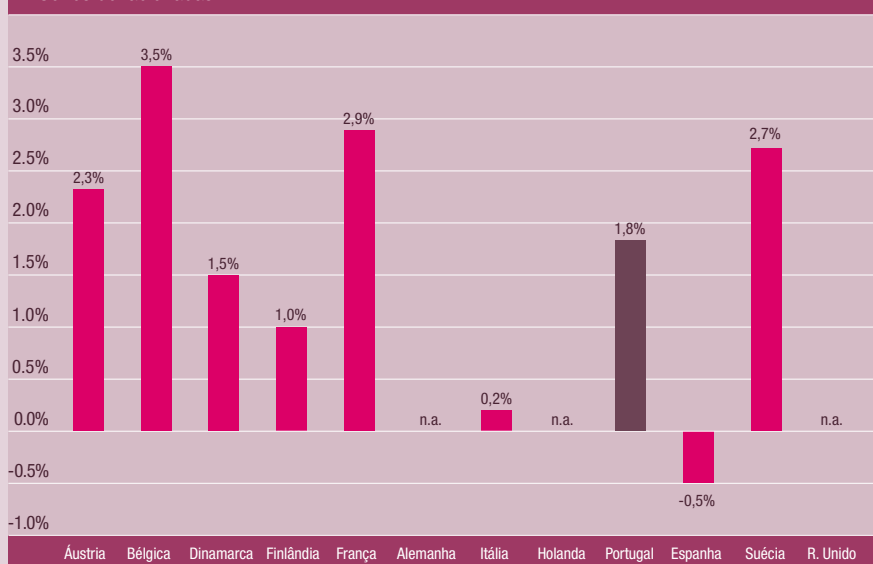


Taxas de crescimento médias anuais da produtividade (VAB p/ trabalhador) p/ sectores 1980-1999 – Séries deflacionadas

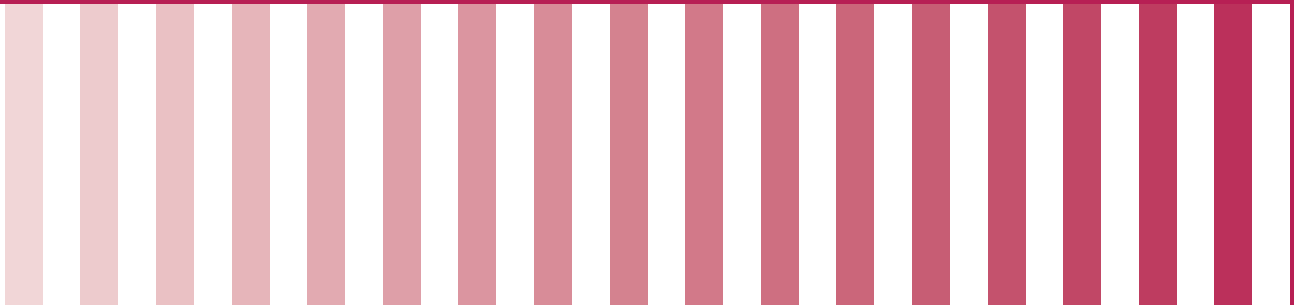


Fonte OCDE/STAN

Taxas de crescimento médias anuais da produtividade Indústrias Têxtil, Vestuário e Calçado 1980-1999 – Séries deflacionadas



Fonte OCDE/STAN



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

